



Revista Brasileira de  
**História**  
**Militar**



**Ano XI - Nº 28**  
Novembro 2020

## Expediente

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

ISSN 2176-6452

EDITOR RESPONSÁVEL

Cesar Machado Domingues

EDITOR ASSOCIADO

Marcello José Gomes Loureiro

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050 | [editor@historiamilitar.com.br](mailto:editor@historiamilitar.com.br)

CONSELHO CONSULTIVO

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)

Luiz C. Carneiro de Paula (IGHMB)

Cesar Campiani Maximiano (USP)

Maria Teresa Toribio B. Lemos (UERJ)

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)

Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

CONSELHO EDITORIAL

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)

Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)

Wellington Amorim (Escola Naval)

Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval)

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF)

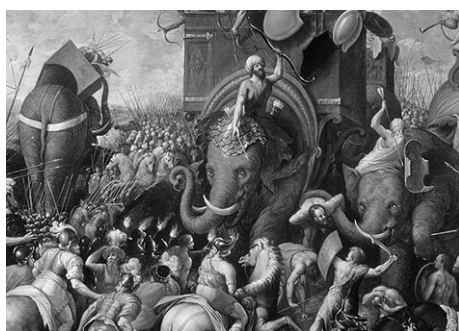
Dennison de Oliveira (UFPR)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ECEME)

Carlos Roberto Carvalho Daróz (UNISUL)

DIAGRAMAÇÃO

Graphix Design | [www.graphix.com.br](http://www.graphix.com.br)



### Imagem da capa: Batalha de Zama (202 a.C.)

**Descrição:** Representação da decisiva Batalha de Zama, travada em outubro de 202 a.C. que marca o final da Segunda guerra púnica. Na ocasião, o exército da República Romana, liderado por Cipião Africano, derrotou as forças de Cartago comandadas por Aníbal. Após a derrota, o senado de Cartago assinou um tratado de paz, aceitando os termos romanos e terminando a guerra iniciada 16 anos antes.

Óleo sobre tela. Atribuída a Giulio Romano, acervo do Museum Pushkin de Moscou.

([https://pushkinmuseum.art/data/fonds/europe\\_and\\_america/j/1001\\_2000/zh\\_3144/index.php?lang=en](https://pushkinmuseum.art/data/fonds/europe_and_america/j/1001_2000/zh_3144/index.php?lang=en))

## Editorial

Começamos esta edição com o artigo do Professor Michell Ribeiro Sobral da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, abordando os procedimentos militares na Segunda Guerra Púnica. Em seguida, o Tenente Coronel Luciano Hickert da ECEME trata das mudanças na organização dos Exércitos do Brasil e dos EUA na década de 1980. Ainda tratando do Brasil, Ricardo Caetano de Moraes do PPGHM da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL analisa o uso do poder militar e da diplomacia na disputa pelo Amapá. Mudando o foco para a Europa, João Lucas de Almeida Mello e Paulo Edson Alves Filho, da Universidade de Sorocaba UNISO, apresentam um olhar histórico sobre o Conflito Russo-Checheno e, para finalizar, André Luís Woloszyn, pesquisador da Academia de História Militar Terrestre do Brasil apresenta alguns aspectos relacionados a atuação da Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

A todos que colaboraram para mais esta edição neste ano tão difícil nosso muito obrigado.

**Cesar Machado Domingues**

*Editor Responsável*

# Sumário

<b>Procedimentos Militares na Segunda Guerra Púnica</b> .....	<b>5</b>
Michell Ribeiro Sobral	
<b>A reforma militar dos EUA e do Exército Brasileiro, na década de 1980.</b> .....	<b>21</b>
Luciano Hickert	
<b>A disputa pelo Amapá: o uso do poder militar e da diplomacia na definição da fronteira do extremo norte do Brasil</b> .....	<b>36</b>
Ricardo Caetano de Moraes	
<b>Um olhar histórico sobre o conflito russo-checheno</b> .....	<b>48</b>
João Lucas de Almeida Mello e Paulo Edson Alves Filho	
<b>Aspectos e mitos da atuação da FEB na Itália</b> .....	<b>60</b>
André Luís Woloszyn	
<b>Livro em destaque</b> .....	<b>78</b>
<i>O preço da destruição: construção e ruína na economia alemã</i>	

# Procedimentos Militares na Segunda Guerra Púnica

Michell Ribeiro Sobral<sup>1</sup>

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações historiográficas contemporâneas, a partir do desenvolvimento da Segunda Guerra Púnica que ocorreu entre os anos de 218 a 201 a.C., baseado nos processos militares apresentados nos combates durante os anos da Guerra. Nesse contexto, podemos observar operações beligerantes, na qual estavam em choque duas potências de grande influência da época. De um lado, se encontrava a cidade de Cartago, do outro, Roma. Após vinte e três anos de paz entre as duas forças, desde o fim da Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), as batalhas voltaram a ser o centro das preocupações do cotidiano. Este conflito exigiu das duas rivais modificações estruturais na forma de entendimento de combate, levando ambas as partes a moldarem-se perante as situações desfavoráveis e incomuns, diferenciadas aos padrões praticados na época.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Púnica, Expansão Militar, Roma e Cartago.

## Abstract

The present paper has the objective of analyze the contemporaries historiographics representations about the Second Punic War based in military process presented in fight during the war. In this context, we can observe belligerent operations in which were involved two imperialist forces. On one side Cartage on the other side Rome. After 23 years of peace between these imperialist forces, from the end of First Punic War (264-241 B.C.), the battles became to the be the center of attentions. This conflict requires from booth cities structural modifications in the perceptions of fight tactics. Thereby Rome and Cartage ability to mould themselves before the unfavorable and uncommon situations differentiated from the pattern of that time.

**Keywords:** Second Punic War, Military Expansion, Rome and Cartage.

---

<sup>1</sup> Especialista em História Cultural. Especialista em Ensino de Filosofia. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOP). Graduado em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Professor Colaborador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid-História), na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOP). Professor do Colégio da Polícia Militar da Bahia (CPM) - Unidade Barreiras-BA.

## Introdução

A arte militar tem se modificado através dos tempos, diante das condutas bélicas apresentadas dentro de cada teatro de operações, mediante as estratégias elaboradas pelos comandantes beligerantes. Estes guerreiros estavam inseridos no contexto histórico em que viviam e possuíam vínculos com a cultura de suas origens, sendo influenciados no desenvolvimento de administração das formas como lutavam. A postura imposta em cada batalha demonstrava as linhas de ação, ofensiva e defensiva, que eram apreendidas nas guerras anteriores, buscando um melhoramento para o fim comum: a vitória.

Contudo, este procedimento também estava ligado à perspectiva de como se refletia sobre a guerra, a partir do pensamento elaborado pela sociedade a que o exército pertencia. Nesse sentido, as questões culturais estavam presentes nas ações bélicas realizadas no campo de batalha, mesmo depois do choque combativo nos conflitos. As reformas executadas nas estruturas das forças de combate demonstravam um aperfeiçoamento na especialidade de lutar, do mesmo modo, de perceber toda a conjuntura exposta no confronto armado e adaptarem-se às situações contrárias, impostas muitas vezes inesperadamente, necessitando de um contra-ataque imediato.

Nesse sentido, podemos perceber todo esse processo militar na Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), na qual estavam em choque duas potências de grande influência da época. De um lado, se encontrava a cidade de Cartago, do outro, Roma. Após vinte e três anos de paz entre as duas forças, desde o fim da Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), as batalhas voltaram a ser o centro das preocupações do cotidiano. Este conflito exigiu das duas rivais modificações estruturais na forma de entendimento de combate, levando ambas as partes a moldarem-se desde situações desfavoráveis e incomuns aos padrões praticados na época.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como está representado na historiografia contemporânea, o desenvolvimento das táticas militares ocorrido durante a Segunda Guerra Púnica, efetuados pelos contingentes militares cartagineses e romanos, durante o período dos combates. O recorte geográfico desta pesquisa contempla as regiões da Península Itálica, com ligações na Magna Grécia, Hispânia, Mediterrâneo e o norte da África. A intensão é analisar a concepção do historiador Henrique Modanez de Sant'Anna,<sup>2</sup> no desenvolvimento da nova colisão de forças entre as duas maiores potências do período e a expansão delas, influenciando cidades nas áreas política, econômica, social e cultural, que se encontravam sob o domínio de uma ou de outra.

---

2 Professor Adjunto IV de História Antiga na Universidade de Brasília, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História

## Estruturas táticas militares baseadas no modelo ocidental de guerra

Em sua dissertação de mestrado, o autor Henrique Santana, expõe análises sobre os mecanismos estratégicos utilizados na Segunda Guerra Púnica.<sup>3</sup> Estes se basearam no modelo ocidental de guerra, a partir da tradição militar helenística, partindo da reforma de Felipe II da Macedônia<sup>4</sup> no século IV a.C., até o final da Segunda Guerra Púnica em 201 a.C. Aqui, depreende-se a influência do pensamento tático dos comandantes cartagineses e romanos atuantes na guerra anibálica,<sup>5</sup> na perspectiva da construção de Políbio, em sua obra *Historiae*, referente à apropriação e legitimação dos combates empreendidos por um exército cívico em detrimento do que é conduzido por mercenários ou soldados que não sejam cidadãos.

Na primeira parte da obra, o autor pondera sobre o discurso representativo das práticas militares do período exposto (séc. IV-III a.C.), buscando perceber o limite normativo do modelo ocidental de guerra<sup>6</sup> pela construção elaborada a partir do dever cívico, vinculado à tradição militar nascida no panorama das batalhas determinantes gregas,<sup>7</sup> pela ideologia construída na presunção de uma superioridade do soldado-cidadão. Neste sentido, o autor expõe que:

Diante da preferência pelo choque frontal e da ênfase na disciplina militar (capacidade de manter-se coeso, evitar acessos de pânico e suprimir a capacidade combativa individual em prol da eficiência do grupo) encontra-se a construção da superioridade do soldado-cidadão. Eis a questão do militarismo cívico: os que teoricamente não possuem representação política não lutam tão arduamente quanto os que exercitam o consenso, pois “desconhecem” os motivos pelos quais os combates são travados. (SANT’ANNA, 2008, p. 9-10).

Na perspectiva do autor, a formação dos fundamentos clássicos da guerra ocidental apresenta aspectos combinatórios na estruturação militar, adquiridos principalmente a partir das experiências vividas em combates durante as guerras. Um desses aspectos seria a tecnologia modificada, a começar da necessidade de empreender vitórias contra o inimigo, levando a um melhoramento e superioridade técnica com base na adaptação e reestruturação da forma de combater. Outro aspecto seria a flexibilidade tática, através da proposta de respostas rápidas a desafios oriundos da conduta militar, aplicada ao combate. Mais um aspecto seria a disciplina, que capacitava os guerreiros a se comprometerem com a formação de batalha, desde a unidade da marcha e nos demais movimentos. A tradição militar agressiva também seria um aspecto combinado:

3 Dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2008, do historiador Henrique Modanez de Sant’Anna, intitulada: *Dispositivos Táticos Na Segunda Guerra Púnica e a Questão Do Militarismo Cívico Na Obra De Políbio: Uma Reflexão Acerca Do Limite Normativo Do Modelo Ocidental De Guerra*.

4 Felipe II (382 a.C. – 336 a.C.) foi rei da Macedônia de 359 a 336 a.C.

5 Guerra anibálica é a intitulação que Políbio nomeia o que, atualmente, chamamos de Segunda Guerra Púnica, por causa do general cartaginês Aníbal Barca.

6 Segundo Geoffrey Parker, o “modelo ocidental de guerra” pode ser pensado a partir da combinação de cinco aspectos, resumidos em: tecnologia superior, capacidade rápida de resposta a possíveis melhoramentos bélicos, tradição militar agressiva, disciplina e a primazia da utilização do capital para a resolução de conflitos, substituindo, em muitos casos, a força militar.

7 Segundo Victor Davis Hanson, existe uma tradição nascida no cenário das batalhas decisivas gregas, mediante a construção elaborada a partir do dever cívico.

O tema que circunda a ideia de uma tradição militar pautada na agressividade diz respeito à busca por batalhas decisivas, isto é, direcionadas ao centro político e com resultados duradouros. Ao invés de evitar combates, a legitimidade do comandante ocidental reside em atingir resultados significativos em batalhas únicas e de grandes proporções. (SANT'ANNA, 2008, p. 19).

O autor analisa o encontro das tradições militares, entre o Oriente, a partir do desenvolvimento militar utilizado pelos egípcios, assírios e persas, com o Dario III, e o Ocidente, com o rei Alexandre, o Grande, a começar com características do mundo grego com a estruturação do exército macedônico, e o choque dessas duas tradições na guerra entre elas. O império persa empregava um contingente militar de força heterogênea e tinha como base de armamento da infantaria o arco. Os soldados portavam uma pequena lança e adaga, como também, um pequeno escudo feito de vime. Na elite do exército estavam os Imortais, sendo essa, a guarda pessoal do imperador, com cerca de 10 mil homens, além da cavalaria e carros de guerra.

A estrutura da força militar macedônica era distribuída em combate de modo a fornecer um progresso contínuo e com todo o contingente integrado, tornando as possibilidades de circulação variadas o suficiente para a batalha em regiões diversas e contra inimigos totalmente distintos. O autor demonstra a formação de combate macedônio em batalhas:

Comandando a ala esquerda das tropas de Alexandre estava, quase sempre, o experiente Parmênio, tendo como contingente disponível tropas de infantaria apoiadas por alguns cavaleiros gregos e tessálios. Enquanto o corpo de soldados que compunha a temida falange macedônica avançava inspirada no modelo grego, a destacada cavalaria dos Companheiros<sup>8</sup> buscava o envolvimento do inimigo, quebrando-lhe a resistência montada (sempre disposta nas alas) e desdobrando sua carga nos flancos da infantaria. Cumprindo uma função mais ofensiva e dirigida pelo rei em pessoa, os Companheiros acabavam por receber a glória da batalha. (SANT'ANNA, 2008, p. 20).

O choque entre os modelos de combate apresentados, principalmente nas guerras entre o império persa e os gregos no século V a.C., chegando até o século IV a.C., com a conquista de Alexandre, o Grande, sobre todo o império de Dario III, exerceu influências nos exércitos posteriores, a partir do modo estrutural de guerrear, que, por sua vez, utilizou das mesmas manobras que obtiveram eficientes vitórias, pelo menos até a Segunda Guerra Púnica. A falange macedônica conseguiu disseminar, principalmente por seus êxitos em combate, as táticas e manobras militares por quase todo o mundo conhecido, a começar do século IV a.C., modificando, assim, os organogramas dos sistemas bélicos dos povos, bem como, a movimentação, ou seja, avanço e recuo das tropas militantes. Este tipo de conduta militar é exposta, como um todo, na base do conflito da guerra anibálica.

8 Destacamento composto por nobres macedônios, incluindo o rei.



No segundo momento da dissertação, o autor procura esquematizar a elaboração do pensamento tático dos comandantes cartagineses e romanos atuantes na guerra anibálica, aproximando planos de batalha e situando-os no que ele chama de tradição militar helenística:

[...] devemos insistir na existência de uma tradição militar iniciada com os gregos a partir da reforma hoplítica, modificada pelo contato com os persas, potencializada com a reforma atribuída a Filipe II e consistente no mundo ocidental pelo menos até o século III a.C. Além disso, sustentamos a pluralidade dos percursos assumidos por essa tradição através de uma circulação de idéias referentes à guerra, efetivada, por exemplo, com a contratação de mercenários encarregados de reformar exércitos não-ocidentais. (SANT'ANNA, 2008, p. 39).

No Período Clássico<sup>9</sup> da Grécia Antiga, o hoplita era o soldado da infantaria pesada, que conduzia para o combate um grande escudo chamado *hóplon*, dando origem ao seu nome. Também portava um elmo, uma lança longa com cerca de 2,5 m, couraça, cnêmides (par protetor para os joelhos e tíbias, de ouro, prata, bronze ou latão), e uma espada curta. A falange era formação militar retangular da infantaria grega que os hoplitas faziam parte. A reforma de Filipe II sobre a falange grega, a partir do contato com os persas, modificou a estrutura operacional do exército, incorporando características ofensivas, como também, a instauração do profissionalismo na tropa. Nesse seguimento, Sant'Anna (2008, p. 2) expõe que:

[...] a falange reformada de Filipe virtualmente excluía a figura do hoplita políada [era, basicamente, o que combatia, sob a forma de soldado cívico, pela preservação de sua liberdade política (eleutheria)] e instaurava o profissionalismo como marca distintiva dos grandes exércitos subseqüentes. Desse modo, tornando a falange taticamente ofensiva (devido à ampliação da lança, redução da couraça e a constituição de uma unidade tática mais densa chamada syntagma) praticamente retirou de cena a expressão dos soldados-cidadãos que marcaram o cenário das Guerras Greco-Pérsicas. [...].

Para o autor, as táticas utilizadas por Aníbal, e posteriormente por Cipião, em Zama, são verificadas, em sua maior parte, como ajustamentos da manobra envolvente de tipo macedônico, organizada no século IV a.C., pelo pai de Alexandre Magno:

Sistematizada por Filipe II (359-336 a.C.), a manobra envolvente não pode ser confundida com um simples flanqueamento seguido do avanço da infantaria. Pressupõe algo mais complexo, como o vínculo constante (durante toda a batalha) entre ações da cavalaria e dos soldados de infantaria. Diante de suas várias formas (Aníbal empregava a manobra diferentemente de Alexandre, por exemplo), nunca pôde ser realizada sem excelentes tropas montadas, responsáveis por bater a cavalaria e prensar a infantaria inimiga, pela lateral ou retaguarda, retirando o espaço necessário para uma movimentação eficiente. Deste modo, restava ao adversário envolvido apenas a opção de combater por todos os lados. (SANT'ANNA, 2008, p. 12).

9 Período da Grécia Antiga entre 500 e 338 a.C.

Nessa perspectiva, o autor aponta o surgimento do exército integralizado macedônico, refletindo as duas linhas de desenvolvimento militar que o formaram. De um lado, a tradição que marcou, de modos diversos, a guerra persa. Do outro, a guerra organizada em ambiente ocidental, da segunda metade do século VII ao V a.C., e que acompanhou a consolidação da *pólis* como unidade política autônoma. Assim:

Somente por meio do contato entre gregos e persas ocorreu um processo de transformação significativa nos padrões militares, gerando uma inovação das práticas helênicas, combinadas com a especialização no emprego dos cavalos e de tropas ligeiras, tal qual encaminhada por persas ao longo das guerras contra o mundo ocidental. Eis o fruto mais legítimo da revolução militar do século V a.C.: o nascimento de uma tradição militar helenística integrada, concebida a partir da sistematização de táticas que marcaram a posterior conquista do Império Persa por Alexandre, o Grande, e as investidas sólidas dos comandantes cartagineses, seguindo a linha de comando Xantipo – Amílcar – Aníbal. (SANT’ANNA, 2008, p. 53).

Na terceira e última parte da obra, o autor discute sobre a construção de Políbio referente à apropriação e legitimação da guerra empreendida por um exército cívico (romano) em detrimento da que é conduzida por mercenários ou por soldados que não sejam cidadãos (cartagineses). Os dispositivos táticos utilizados na Segunda Guerra Púnica, assim como os momentos do emprego estratégico, são elucidados em uma narrativa que forma o contexto de afirmação da eficiência de táticas helenísticas (muitas vezes encaminhadas por tropas mercenárias) diante da constante insistência na superioridade do exército cívico.

Segundo Sant’Anna, Políbio apresenta os precedentes da conquista do Mediterrâneo por Roma, tendo como método uma história pragmática. A narrativa do autor grego aparenta uma segunda fase do helenismo, uma vez que os conflitos entre romanos e cartagineses transferiram o cenário da produção literária grega de Alexandria<sup>10</sup> e antigos centros para o entrecruzamento de povos mediterrâneos. Sant’Anna, em seu trabalho, propõe entender os limites quanto à aplicação do modelo ocidental de guerra por meio da análise dos dispositivos táticos utilizados na guerra de Aníbal, enfatizando a ponderação desta abordagem frente aos problemas enfrentados pelo discurso que afirma a superioridade bélica do soldado-cidadão, especialmente no que se refere a “armadilha cívica” e a problemática das formas no mundo clássico.

## O desenvolvimento das estratégias militares na Segunda Guerra Púnica

Primeiramente, devemos perceber a importância da Segunda Guerra Púnica na conjuntura do período analisado, principalmente, o final da colisão de forças das duas potências políticas,

<sup>10</sup> É uma cidade do Egito e foi fundada em torno de um pequeno “vilarejo” em 331 a.C., por Alexandre, o Grande. Permaneceu como capital do Egito durante mil anos, até a conquista muçulmana do Egito, quando a capital passou a ser Fustat (que foi depois incorporada ao Cairo).

econômicas e militares, que atuavam como influenciadoras e dominantes, sobre os povos que se encontram sob as suas predominâncias. O controle de Roma, juntamente com o de Cartago, alcançava territórios que abrangiam três continentes. A partir da vitória sobre os cartagineses, Roma tornou-se detentora de uma vasta soberania, subjugando as populações que se encontravam sob a autoridade de Cartago. Nessa continuidade, Sebastiani (2005, p. 199), explana que:

A Segunda Guerra Púnica é tratada como marco inicial de uma época em que três continentes passaram para um único domínio. É o agente empreendedor que a levou a um fim único, fazendo com que os eventos ocorridos em todas as partes do mundo habitado se interligassem. Sendo assim, a Segunda Guerra Púnica é instituída por Políbio como o preciso momento do qual depende toda a série de acontecimentos que configuram o processo de formação do poderio romano subsequente. [...].

Sant'Anna aponta, baseado em Políbio, que ao final da Primeira Guerra Púnica, em 241 a.C., houve a Guerra Mercenária, dentro do território cartaginês, pois os soldados mercenários que lutaram na guerra a favor dos cartagineses, haviam retornado sem o pagamento do conflito na Sicília, local da última batalha da guerra. Os cartagineses recusaram a realizar o pagamento, levando os mercenários a investir, primeiramente, contra Tunis e, posteriormente, contra Cartago. Em 239 a.C., os cartagineses, sob o comando do general Amílcar Barca, na batalha de Bagradas, saíram vitoriosos, dando término ao conflito. Mesmo com grandes perdas, embargos e pagamentos de tributos aos romanos, Cartago não estava totalmente derrotada. Nesse sentido, Garraffoni (2011, p. 61) expressa que:

[...] os romanos haviam conquistado a Sicília, a Sardenha, a Córsega e a Gália Cisalpina. Cartago, por sua vez, mesmo tendo perdido influência no sul da Itália e sendo obrigada a pagar tributos aos romanos, conquistou a Hispania, sob o comando de Amílcar, tomando posse de ricas minas de prata.

O general Amílcar morreu no ano de 228 a.C., guerreando contra os lusitanos na Hispânia, ficando em seu lugar, no comando do exército, o seu genro Asdrúbal, que foi, todavia, assassinado em 221 a.C.. A partir desse momento, Aníbal assumiu o comando das tropas cartaginesas, e, segundo o autor, a paz se transformou em guerra aberta, a começar do ataque à cidade de Sagunto, que era aliada dos romanos. Henrique Modanez de Sant'Anna assevera que a explicação de Aníbal para a guerra, segundo Políbio, foi o juramento realizado ainda jovem ao pai Amílcar, a quem prometeu que não se tornaria aliado de Roma e que, além disso, encaminharia a guerra contra ela. Essa perspectiva se faz condizente com o relato de Plutarco em relação ao episódio:

Apenas obtivera a superintendência sobre o acampamento e a administração dos negócios do governo, ele determinou fazer a guerra aos romanos, como há muito tempo já ele a vinha premeditando. Em primeiro lugar, como quase todos os cartagineses, ele sentia um ódio profundo contra os romanos, por causa da perda da Sicília e da Sardenha. Depois, em particular, nutria-lhes também grande rancor, quase como uma herança de seu pai Amílcar, que fora o maior

inimigo dos romanos, dentre todos os generais cartagineses. A este respeito encontramos, por escrito, que, quando ele se preparava para passar à Espanha, ele obrigou a Aníbal, ainda criança, por um juramento, em um sacrifício que ofereceu, que apenas chegado à idade adulta, ele se manifestaria inimigo dos romanos. A recordação destas coisas renovava-se frequentemente na fantasia do moço, como uma ideia do ódio paterno, e o impelia cada vez mais a procurar todos os meios de arruinar o império romano. Ademais, o partido Barciniano não cessava de estimulá-lo insistentemente a isso, para que ele se tornasse forte e poderoso por meio das armas e da grandeza do seu estado. Estas causas, tanto públicas como particulares, incitando Aníbal a empreender a guerra contra os romanos, deram motivo ao orgulhoso jovem de empreender a realização desse objetivo. (PLUTARCO, 1954, III).

Por esse ângulo, na visão de Sant'Anna (2008, p. 71):

A investigação elaborada por parte do historiador deve ser dirigida, evidentemente, com base na documentação, mas sempre em relação ao contexto onde as informações foram produzidas. Em outras palavras, cabe interrogar, para além da procedência da lenda referente ao juramento de Aníbal, sobre as relações políticas existentes entre as duas potências do Mediterrâneo ocidental no séc. III a.C.

Após o término da Primeira Guerra Púnica, Amílcar Barca direcionou os esforços militares em prol de imediatas conquistas na região hispânica, visando principalmente o restabelecimento do poderio cartaginês, especialmente, por causa das perdas em territórios africanos, bem como, no sul da Itália. O seu genro Asdrúbal, *o Belo*, e, posteriormente o seu filho, Aníbal, têm como missão, apoiados pelo senado cartaginês, continuar as investidas militares na Hispânia, adquirindo territórios e subjugando populações. A partir dessa proposta, Aníbal chegou à cidade de Sagunto, que era aliada de Roma.

Ao analisarmos o contexto desta situação, percebe-se que as circunstâncias do final da Primeira Guerra levaram Cartago ao posicionamento das conquistas hispânicas, contudo, a decisão da invasão de uma cidade aliada dos romanos (*Saguntum* em latim), e de proximidade ao rio Ebro (*Hiberus* em latim), caminho para os Pirineus, e de uma possível passagem para o norte da Península Itálica, ficou a cargo do senado cartaginês e não somente a Aníbal. Este, antes de cercar e invadir a cidade, recebeu embaixadores romanos que apresentaram antigos tratados assinados, que delimitavam as respectivas áreas de influências, tanto econômicas, como também políticas, entre as duas potências, e não investiu de imediato contra a cidade. Aníbal voltou para Cartago e obteve orientações do senado para atacar Sagunto.

Após a investida militar sobre Sagunto, que durou cerca de oito meses, Aníbal tomou a cidade. Sobre o ocorrido, Plutarco expressa que:

Ora; os saguntinos, vendo-se cercados por Aníbal, que contra todo direito e razão lhes fazia a guerra, conseguiram sustentar o cerco por alguns meses. Finalmente, não obstante Aníbal ter maior número de homens (ele tinha, como se diz, em seu acampamento, cento e cinquenta mil

combatentes) e uma grande parte das muralhas tivesse sido abatida, eles preferiram esperar o saque da sua cidade, do que se entregar à mercê de seu mortal inimigo. (PLUTARCO, 1954, IV).

Podemos dizer que o momento da conquista de Sagunto é o de maior importância em toda a Segunda Guerra Púnica, pois, a partir dessa ação, foi iniciada a guerra. Não temos como avaliar se alguma mudança na atitude de Cartago evitaria a guerra posteriormente, mas pelo menos, ela não iria começar naquele exato momento. Segundo Políbio, Tito Lívio e Plutarco, a guerra foi gerada a partir do juramento de Aníbal ao pai, levando ao crescente ódio por Roma. Porém, podemos perceber que os políticos cartagineses tiveram a oportunidade de diálogo com os embaixadores romanos, contudo, escolheram o combate. Segundo Garraffoni (2011, p. 63), “Ao saber do ocorrido, mais uma vez os romanos enviaram embaixadores para fazer com que os cartagineses respeitassem o acordo de Ebro. Os cartagineses refutaram a proposta romana, questionando a relação que havia entre Roma e *Saguntum*.” A começar desse momento, a guerra foi iniciada.

Na concepção de Sant’Anna (2008, p. 73), a Segunda Guerra Púnica está ligada a eventos que permitem a sua organização em três momentos:

Em primeiro lugar, de 218 a 216 a.C., do início da guerra (com o cerco de Sagunto) à batalha de Canas, entendemos que se encontra o primeiro momento da guerra, na medida em que após a vitória obtida em Canas, Aníbal poderia ter invadido Roma, não fosse pela deficiência de maquinários de cerco. Em seguida, de 216 a 205 a.C., configura-se o segundo momento da guerra, quando Cipião foi eleito cônsul e, de acordo com solicitação aprovada pelo Senado, inverteu o princípio estratégico do confronto, passando a utilizar o mesmo plano geral de Aníbal: atacar diretamente o centro político inimigo.

Por último, caracterizando a última fase do conflito, de 205 a 202 a.C., quando Aníbal foi derrotado em batalha decisiva, emergiu a adaptação bem sucedida do cônsul Cipião, então Africano. A manobra envolvente empregada pelos romanos, aliada aos problemas políticos existentes entre o Conselho cartaginês e os Barca e à traição do reino da Numídia, fez com que a situação em Zama fosse completamente desfavorável ao comandante cartaginês, servindo de marco para o fim do conflito e de base para a reforma tática encaminhada na infantaria legionária.

A sistematização do autor, em dividir a Segunda Guerra Púnica em três momentos, apresenta uma pertinente organização a partir da investida de Aníbal. É notória a condução da guerra, a começar dos avanços militares dos cartagineses, ou seja, os romanos tiveram que se adequar às manobras impostas por Aníbal e seu irmão Asdrúbal,<sup>11</sup> distintamente da Primeira Guerra Púnica. Nesse seguimento, Garraffoni (2011, p. 65) expõe que:

11 Asdrúbal em fenício significa “a ajuda de Baal”. Baal era uma divindade adorada pelos fenícios. Os dois generais cartagineses que conviveram com Aníbal tinham este nome: o seu irmão Asdrúbal Barca e o seu cunhado Asdrúbal, “o Belo”.

Essa é, talvez, uma das grandes diferenças da Primeira para com a Segunda Guerra Púnica — e o motivo pelo qual Aníbal entrou para a História como um grande estrategista. Enquanto na Primeira Guerra os cartagineses respondiam aos movimentos dos romanos, nessa guerra eles ditaram os movimentos pela liderança de Aníbal.

Com Aníbal, os cartagineses levaram a guerra para o território italiano, buscando, através dos Pirineus, chegar às proximidades de Roma:

Após a conquista da Saguntum Aníbal marchou com seu exército através dos Alpes para alcançar o território da Itália e iniciar uma série de avassaladoras vitórias sobre os exércitos romanos em 218 mesmo tendo perdido grande parte de seus elefantes e uma parte significativa de suas tropas na travessia dos Alpes [...]. (PIOTROWSKI, 2009, p. 1476).

O senado romano enviou para combater os cartagineses, o cônsul Cornélio Cipião,<sup>12</sup> que se deslocou primeiramente para Hispânia, por desconhecer a rota que o seu inimigo tomara, sendo esta região a base militar dos cartagineses, na cidade de Nova Cartago. Porém, ao chegar à Hispânia, deixou o seu irmão Cneu Cornélio,<sup>13</sup> para lutar contra os cartagineses da região e retornou para guerrear contra Aníbal. Henrique Modanez de Sant'Anna apresenta, segundo a sua perspectiva, as principais vitórias de Aníbal sobre os romanos, na trajetória em direção a Roma: batalha no Rio Ticino (novembro de 218 a.C.); batalha de Trébia (dezembro de 218 a.C.); batalha no Lago Trasimero (junho de 217 a.C.); e a batalha de Canas (agosto de 216 a.C.). Este caminho dos Alpes, transposto pelo general cartaginês e suas tropas, foi evidenciado pelo *Canto III das Púnicas de Sílio Itálico*:<sup>14</sup>

Quanto ao caráter, ávido de ação e sinistramente pérfido — assim foi Aníbal, superior na astúcia, mas distante da justiça. Armado, sem nenhum temor dos deuses; coragem perversa, e a honra da paz lhe é desprezível; no seu íntimo, arde a sede de sangue humano; além disso, vigorando na flor da idade, anseia apagar da história as ilhas Égatas, desonra dos seus antepassados, e ainda afundar os acordos no mar da Sicília. Juno inspira essa disposição e lhe agita incessantemente o coração com a esperança de glórias. E já ou em visões noturnas penetra o Capitólio, ou com rápidos passos ele atravessa o cume dos Alpes. Várias vezes, os escravos à sua porta, perturbado o sono, apavoraram-se com a voz truculenta no meio do vasto silêncio e, então, encontraram-no empapado em suor, confundindo as futuras batalhas e travando guerras imaginárias. (NATIVIDADE, 2005, p. 63).

Nessa continuidade, Garraffoni (2011, p. 65-66) aponta que:

Apesar das dificuldades impostas pelo clima, em especial a neve, e alguns conflitos com as populações locais, Aníbal atravessou os Alpes, reorganizando seu exército na planície do Pó. Venceu os romanos em uma série de batalhas e conseguiu convencer os gauleses a se aliarem a

12 *Públio Cornélio Cipião* (morte - 210 a.C.) foi um político da família dos Cipiões. Era filho de Lúcio Cornélio Cipião, cônsul em 259 a.C., pai de Cipião, o Africano, cônsul em 205 e 194 a.C., e de Lúcio Cornélio Cipião Asiático, cônsul em 190 a.C.

13 *Cneu Cornélio Cipião Calvo* (morte - 212 a.C.) foi um político da família dos Cipiões, eleito cônsul em 222 a.C..

14 *Tiberius Catius Asconius Silius Italicus* (morte - 101 d.C.) foi um político e poeta épico latino.

ele. Embora Aníbal tivesse a chance de marchar contra Roma, preferiu não o fazer, dirigindo-se para o sul da península a fim de provocar nos povos da região desentendimentos e sublevação contra os romanos. Os romanos contentaram-se em vigiar seus passos. Quando as investidas de Aníbal tornaram-se mais fortes, os romanos decidiram detê-lo em Cannae.

Ao vencer a batalha nas margens do Lago Transimero, Aníbal poderia avançar diretamente para Roma, contudo, resolveu investir contra a cidade de Cápua. Não se sabe, ao certo, as causas que levaram o general a não arremeter contra a capital romana. Segundo a linha de pensamento de Henrique Modanez de Sant'Anna:

Teoricamente, Aníbal estava diante de duas estratégias para levar os romanos à destruição. Poderia tomar a própria cidade de Roma ou cortar suas linhas de abastecimento, provocando o esgotamento de toda a resistência armada, o que conduziria ao fim do conflito. A opção de assediar e capturar diretamente Roma implicaria na possibilidade de desembarcar nas proximidades da cidade com o conjunto de maquinários necessários para o cerco. Tal situação era apenas ideal, já que os cartagineses haviam perdido o controle marítimo com a derrota na primeira guerra púnica. Restava apenas a marcha rumo aos Alpes, com o objetivo de atravessá-lo e dali prosseguir à invasão do território romano. (SANT'ANNA, 2008, p. 77).

A justificação do autor referente à conduta de Aníbal fica clara. No contexto de guerra de cerco do período, ele necessitaria de um conjunto de maquinários e armas compatíveis de assalto, e ainda, provisões para as tropas, tendo que receber apoio logístico de Cartago. Seria necessário ainda levar em conta os ânimos dos contingentes militares, compostos pela maioria de mercenários e revoltosos contra Roma. Assim, Rodríguez (2007, p. 76) declara que:

La vanguardia de caballería que había enviado Servilio fue aniquilada por el jefe de la caballería nómada, Maharbal, Aníbal estaba a tres días de marcha de Roma, pero el sedio de la urbe no era el fin del púnico, que daba la impresión de que hacía honor a la significación de su nombre cartaginés, Honiba'al, 'Baal ha favorecido', lo débil de sus efectivos que eran primordiales, junto a su sentido táctico y su rapidez de manobra, basada en la caballería, para las batallas en campo abierto, de nada la servían en una guerra de posiciones, un asedio requería, además, la posesión y fabricación de máquinas de asalto, lentas y dificultosas en su elaboración y utilización.

Porém, para alguns historiadores como Mikhail Rostovtzeff, Paulo da Nazaré Marques dos Santos e José Guilherme Rodrigues da Silva, a intenção de Aníbal desde o princípio de sua investida militar foi vencer a guerra sem destruir Roma, mas, humilhá-la e subjugará-la ao poderio cartaginês. Nesse contexto, Santos (2015, p. 19) comenta que:

O objetivo de Aníbal era atacar os seus inimigos de surpresa e avançar com rapidez sobre Itália, enquanto os romanos estavam aturdidos pela sua ousada investida. Esta genial e perigosa manobra, apesar do elevado número de baixas que provocou, teve a marca distintiva de um grande

comandante, ao definir como objetivo o atacar com o máximo de rapidez e de força o coração do inimigo, a fim de o enfraquecer e desmoralizar. [...].

Analisando essa mesma questão, Garraffoni (2011, p. 65) discute que:

Por que invadir a península? Essa questão é muito discutida entre os historiadores modernos, pois o próprio Aníbal desistiu de invadir Roma em 216 a.C. quando teve sua maior oportunidade. A hipótese mais generalizada é que Aníbal não tinha intenção de ocupar Roma, mas de mostrar sua debilidade e a possibilidade de ser derrotada. Goldsworthy afirma que Aníbal teria atacado a Itália para ganhar a guerra, ou seja, sua idéia era de começar a obter pequenas vitórias fazendo com que os aliados dos romanos comessem a vacilar e passassem a apóia-lo em sua empreitada. Ele argumenta ainda que tal idéia não era de todo nova e que muitas estratégias de guerras na Antigüidade seguiam tal princípio, mas o inusitado foi Aníbal ter forçado a guerra invadindo Saguntum.

Ao iniciar a Segunda Guerra Púnica, com aprovação do senado cartaginês, Aníbal buscou ludibriar as forças inimigas e chegar ao centro do poder romano: Roma. Contudo, um avanço desta magnitude pelo caminho que ele traçou e percorreu, lutando com exércitos locais, e principalmente, com as legiões romanas que tentavam aniquilar o seu plano, necessitaria de uma logística ininterrupta para suprir as despesas militares. Tentar invadir a capital do inimigo, posteriormente a uma longa marcha sobre combates contínuos e sem ajuda de Cartago, seria uma atitude inadequada, pois, mesmo que tivesse todo o maquinário necessário para avançar com o cerco, poderia levar anos até conseguir adentrar na cidade pela força. Aníbal resolveu avançar para o sul da Península Itálica, com o intuito de convocar os povos da região subordinados a Roma a rebelarem-se e unirem-se ao exército cartaginês. Seguindo o contingente militar púnico por algumas cidades, os romanos decidiram enfrentar o seu adversário na cidade de Canas.

A batalha de Canas demonstrou a habilidade estratégica de Aníbal com o seu exército de mercenários, sobre uma tropa superior em quantidade numérica e com o dever cívico de proteger a sua pátria. Sobre esta batalha, Ablas (2009, p. 3) expõe que:

Canas situava-se numa colina próxima à planície por onde corria o Rio Áufido (Ofanto). Quando Aníbal decide acampar à beira do rio, os cônsules fazem o mesmo. Aníbal começa a acicatar o inimigo. Na primeira provocação, o comandante é Lúcio Emílio, que impede seus soldados de responderem com luta. No dia seguinte, o general à frente do exército é Varrão, que resolve aceitar a batalha, cruzando o rio com suas legiões. O que se segue, então, é a descrição de uma batalha rápida e sangrenta, em que os cartagineses assumem a vantagem logo no início. Com a ocorrência de uma chacina de soldados romanos, muitos começam a desertar, fugindo em várias direções. Muitos romanos conseguem se refugiar nos dois acampamentos romanos ou na própria cidade de Canas. Varrão e alguns cavaleiros conseguem chegar a Venússia. Lúcio Emílio é ferido gravemente e acaba por morrer no campo de batalha, juntamente com grande parte de seu exército.



Aníbal conseguiu uma vitória surpreendente nesta batalha, implementando a manobra de envolvimento,<sup>15</sup> contra as legiões romanas que foram apanhadas pela tática dinâmica dos cartagineses. Depois deste grande triunfo, Aníbal continuou a investir contra as populações da região Itálica, porém, mesmo após a batalha de Canas, o general não tentou avançar contra Roma, que ficava a 400 km de distância. Neste ponto, as tropas poderiam demorar muitos dias até conseguirem chegar ao objetivo. A partir desta batalha, os romanos mudaram as suas estratégias de combate e dividiram as suas legiões em grupos menores para combater as investidas púnicas.

Na Hispânia, os romanos estavam em vantagem e conseguiram alcançar vitórias importantes, levando à conquista da região. Segundo Garraffoni (2011, p. 69):

Enquanto Aníbal conseguia importantes vitórias em solo itálico, Asdrúbal foi derrotado por Cipião em diversas ocasiões na Hispania, o que indica que o general romano estava estudando novas táticas a partir dos confrontos anteriores. Por fim, diante da derrota, Asdrúbal fugiu para encontrar Aníbal na Itália. Tal fuga nunca se concretizou, pois o primeiro foi derrotado e morto antes de alcançar seu objetivo. A derrota de Asdrúbal foi importante para os romanos na medida em que estes conseguiram submeter a Península Ibérica, expulsando os cartagineses da região.

Posteriormente à conquista da Hispânia, Cipião avança para a África e combate os númidas, então aliados de Cartago. Sem o importante aliado, Aníbal investe contra Cipião na batalha de Zama, saindo derrotado e voltando para a sua terra natal, o general púnico buscou realizar um tratado de paz para com Roma. Após o final da guerra, foi iniciado o processo de revitalização de Cartago, principalmente através do seu comércio, como também, pela agricultura. O porto principal foi totalmente restaurado e a cidade expressava provas de prosperidade e riqueza. Inclusive, os impostos de guerra, acertados através do tratado de paz, pelo qual, Cartago pagaria a Roma um determinado valor durante cinquenta anos, os cartagineses conseguiram quitar em dez. Contudo, este esplendor acabaria em meados do século II, na Terceira Guerra Púnica (149-146 a.C.).

Sant'Anna declara, na dissertação, que a sua intenção foi apresentar uma explicação relacionada à vitória dos romanos sobre Aníbal, com base nas adequações estratégicas oriundas das tropas macedônicas, a partir das inovações na formação militar com influências persas e gregas. Nesse sentido, o autor exprime que:

Assim, propusemos ao longo deste trabalho uma explicação para a vitória romana na guerra contra Aníbal, a partir das adaptações táticas advindas da tradição militar helenística, pautada na integração expressa principalmente no envolvimento campal de tipo macedônico. A formação desta tradição militar, concebida por meio da difusão de elementos táticos persas no

<sup>15</sup> *Manobra de Envolvimento* é uma manobra militar, na qual os flancos do exército oponente são atacados, simultaneamente, por duas alas defensivas se movimentando como braços de uma pinça, como reação ao ataque inimigo contra o centro do exército e cujo objetivo é cercar o atacante. O movimento completo inclui, ainda, partes da força defensiva circundado completamente a atacante por trás, evitando o envio de reforços.

modelo grego de guerra, permitiu que Filipe II, tendo assimilado as inovações concebidas pelo tebano Epaminondas, organizasse um exército que integrasse forças de cavalaria, infantaria levemente armada e falange modificada de hoplitas profissionais. (SANT'ANNA, 2008, p. 88).

A obra apresentada baseia-se na produção de uma abordagem diferenciada da Segunda Guerra Púnica, buscando afastar-se do argumento produzido pela fonte, caracterizado pelo autor como “armadilha cívica”, que é a submissão da historiografia à postura desenvolvida pela fonte. Políbio apresenta a vitória dos romanos legionários mediante o dever cívico e não profissional de defender e lutar por Roma, distintamente dos guerreiros mercenários cartagineses. Neste caso, a reestruturação romana após a derrota em Canas, e sua vitória final em Zama, foi concebida a partir desta postura cívica. Nessa perspectiva, pela abordagem do autor, o que levou à vitória romana, foram as organizações táticas elaboradas por Cipião, nomeado *Africano* pela sua vitória em Zama, do mesmo modo, os organogramas militares desenvolvidos por Aníbal para adaptação das suas tropas frente aos combates. Esta abordagem apresentada neste trabalho, sobre a Guerra Anibálica contribuiu, para um acréscimo nas possibilidades de análises sobre a fonte primária (Políbio).

## Conclusão

A Segunda Guerra Púnica foi marcada por disputas entre duas potências em ascensão, considerando o fator de uma consciência de rivalidade contida em ambos os lados, principalmente depois do modo como foi finalizada a Primeira Guerra Púnica. Roma foi vitoriosa, contudo, essa guerra durou cerca de vinte e três anos, ou seja, um período muito longo para chegar ao fim, sendo que, por pouco, os romanos não perderam o conflito. Cartago apresentou uma rápida restauração, demonstrando para os antigos adversários, o poderio da sociedade púnica, tornando-se uma nova ameaça para os planos de expansão romana.

Diferentemente da Primeira, na guerra anibálica, os cartagineses foram os que direcionaram o avanço militar, levando Roma a ser “conduzida” por eles. Os dois lados em hostilidade tiveram que apresentar manobras e estratégias inovadoras, com a finalidade de minar as chances de progresso inimigo. Primeiramente, podemos destacar a incursão cartaginesa sob o comando de Aníbal Barca pelos Alpes até chegar à Península Itálica. Percebemos também a influência da sua administração militar, controlando um grande contingente bélico (númidas, iberos, celtas, entre outros), com efetivos totalmente distintos uns dos outros, especialmente as comunidades que se juntaram ao seu exército, como o caso dos gauleses.

Percebe-se a habilidade tática do general cartaginês, infligida aos romanos, primordialmente no sul da Itália, conseguindo permanecer na região cerca de treze anos, sem sofrer nenhuma derrota. Os comandantes romanos também mostraram destreza ao impedir o progresso total púnico, e,

ainda, levar a guerra para fora da Itália, através da administração do cônsul Cipião *Africano*. Após a batalha de Canas, Roma conseguiu resistir, com uma postura firme, à pressão imposta pelos militares cartagineses. Esses, já muito enfraquecidos, e principalmente, sem o apoio logístico de Cartago, necessitaram voltar e defender a sua pátria contra as legiões romanas, reforçadas pelos traidores nômadas.

Nessa situação, a guerra não estava condicionada às vontades de Aníbal, como Políbio dá a entender. O comandante púnico tinha o aval do senado cartaginês para investir contra Roma. Ao analisar o contexto da Segunda Guerra Púnica, percebe-se que existiam duas potências que a qualquer momento, como também circunstância, poderiam entrar em choque. Esta nova colisão de forças pode ser atribuída às propostas de expansão, realizadas pelas duas partes, tentando exercer influências sobre as cidades que eram autônomas. Cartago deu o primeiro passo a partir da Hispânia, e procurou neutralizar todo e qualquer contra-ataque do adversário, por isso o comandante cartaginês buscou chegar ao centro do poder romano o mais rapidamente possível e alcançar êxito no seu plano de dominação de uma vasta região. Roma, inicialmente, conseguiu se defender como pôde e investiu também contra o ponto central do inimigo, obtendo a vitória na guerra.

## Referências Bibliográficas

- ABLAS, D. S. A imagem da Batalha de Canas em *Ab Urbe Condita*. São Paulo: *IV Seminário de Pesquisa em Letras Clássicas*. PPGLC/FFLCH/USP. 2009.
- GARRAFONI, R. S. Guerras Púnicas. In: MAGNOLI, D. (Org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto. 2011.
- HANSON, V. D. *Por que o ocidente venceu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.
- NATIVIDADE, E. S. Aníbal: o guerreiro cartaginês e as púnicas de Sílio Itálico. *Proj. História*, São Paulo. 2005.
- PARKER, G. (Ed.) *História de la guerra*. Madrid: Akal. 2010.
- PIOTROWSKI, H. A. Roma Victor! Um estudo sobre o exército romano republicano e imperial. *IV Congresso Internacional de História*, Paraná, Brasil. 2009.
- PLUTARCO. *Vidas dos Homens Ilustres*. Tradução de Paulo Edmur de Souza Queiroz. São Paulo: Edameris. 1954.
- RODRÍGUEZ, J. M. M. G. O. La Segunda Guerra Romano-Púnica y el Gran Aníbal Barca. *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*. nº 195. 2007.
- ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

SANT'ANNA, H. M. *Dispositivos Táticos Na Segunda Guerra Púnica e a Questão Do Militarismo Cívico Na Obra De Políbio: Uma Reflexão Acerca Do Limite Normativo Do Modelo Ocidental De Guerra*. 93 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2008.

SANTOS, P. N. M. dos. *Cipião o africano e a reinvenção do exército romano*. 134 f. Dissertação (Mestrado em História Militar) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra. 2015.

SEBASTIANI, B. B. Políbio e o Imperialismo Romano. *Proj. História*, São Paulo. 2005.

SILVA, J. G. R. da. *Roma e a representação de domínio do mundo no contexto das guerras púnicas: uma leitura das Histórias, de Políbio*. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010.

# A reforma militar dos EUA e do Exército Brasileiro, na década de 1980.

Luciano Hickert<sup>1</sup>

Na década de 1980, os Estados Unidos lançaram um grande programa de modernização das suas forças armadas, buscando atingir uma maior capacidade de combate e a racionalização de gastos. Nesse mesmo período, o Exército Brasileiro (EB) iniciou estudos para adequar sua força terrestre, esforço convertido no programa FT 90. As decisões tomadas àquela época repercutem até os dias atuais, modelando as atuais capacidades de defesa.

As causas das reformas no Exército dos EUA, na década de 1980, foram a necessidade de desenvolvimento de novos armamentos, constatada no conflito do Vietnã, e o acúmulo de forças soviéticas na Europa Central. Outro fator importante foi o impacto da Guerra do Oriente Médio, de 1973, e suas lições sobre o ritmo de batalha aumentado e a letalidade do material da guerra moderna.

O lançamento, em março de 1983, da Iniciativa de Defesa Estratégica, introduziu um desafio formidável para os recursos da União Soviética, colaborando para o aprofundamento da crise na economia da URSS<sup>1</sup>. A lei Goldwater-Nichols, como foi chamada, aperfeiçoou em 1986 o comando unificado e modificou a estrutura organizacional das forças americanas, com a redução e profissionalização dos efetivos. Essa reestruturação foi colocada à prova na Operação Tempestade no Deserto, em 1991, comprovando a superioridade militar obtida pelas forças armadas americanas sobre o exército iraquiano, à época um dos maiores do mundo.

O projeto contínuo da nova estrutura de defesa americana foi posteriormente influenciado pelos eventos político-estratégicos que mudaram o mundo em 1991, com o colapso dos regimes comunistas e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia, sinalizando o fim da Guerra Fria mundial. A mudança brusca do panorama geopolítico provocou reflexos em todo mundo, inclusive na América Latina, gerando impacto no campo militar.

---

<sup>1</sup> Tenente Coronel do Exército. Arma de Cavalaria, Bacharel em Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (2000). Coursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2009. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Atualmente é aluno de Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) (2019/20).

No Brasil, o final da Guerra Fria e as novas concepções de guerra evidenciadas nos conflitos das Malvinas provocaram a busca da adequação da doutrina vigente, ainda muito voltada para os conflitos irregulares. Percebera-se a necessidade de um projeto de reestruturação do EB, a fim de adequá-lo às novas exigências e desafios do final do século.

A crise econômica brasileira nos primeiros governos civis apresentou desafios importantes para a construção da nova estrutura para o Exército Brasileiro, concebida a partir da FT 90. Alguns conceitos do programa de modernização, como se perceberá a seguir, foram influenciados pelas concepções das mudanças implementadas nos EUA, na década de 1980.

## Desenvolvimento

O projeto e o desenvolvimento do Exército de Excelência foi importante para a reforma do Exército Americano, entre o final da década de 1970 e a década de 1980. Mudanças físicas e intelectuais significativas no Exército Americano em aspectos como material, organização e doutrina, provocam reflexos até a atualidade. O Exército Brasileiro buscou acompanhar as evoluções implementadas, mas diversas condicionantes dificultaram a modernização da força.

O programa de modernização americano, definido em 1980, foi importante mecanismo para alçar o país à potência hegemônica global, influenciando os exércitos de todo o mundo. A globalização e os novos processos, influenciados pelos sistemas modernos de processamento de dados, comunicação e modelos de terceirização nas empresas foram absorvidos pelos militares, objetivando diminuir custos e atingir da melhor forma os objetivos estabelecidos.

O Exército Brasileiro experimentou um grande salto qualitativo com a participação na Campanha da Itália, ao lado dos aliados, na II GM. O alinhamento com os EUA durante as décadas posteriores aproximou a doutrina brasileira do modelo americano. Os conflitos irregulares típicos da Guerra Fria provocaram o surgimento de doutrinas nacionais autóctones, que comprovaram sua validade com a neutralização da luta armada no país e a paz social alcançada, com a transição pacífica para o pleno regime democrático.

A busca de um modelo independente, alinhado com a política externa nacional na década de 1970, teve reflexos no campo militar, com o encerramento da cooperação militar Brasil-EUA. Os conflitos no Oriente Médio e pelas Ilhas Malvinas terminaram alertando o país sobre a necessidade de modernização de seu Exército, trazendo ensinamentos para diversas áreas. O EB que focara no combate da guerra irregular, durante o regime militar, percebia que se encontrava com os meios e estruturas inadequadas para o combate regular.

Somado à conjuntura externa, o Brasil conduziu o processo de redemocratização lenta e gradual, iniciado no final da década de 1970, que culminou com o encerramento do Regime Militar,

em 1985. Essa mudança de ciclo implicou no realinhamento da concepção estratégica do Exército Brasileiro, que percebia diversas necessidades de modernização.

A queda do regime militar argentino e o encerramento da Guerra Fria impactaram fortemente os planos de reestruturação para a força terrestre brasileira. As ameaças internas e externas percebidas nas décadas anteriores diminuíram de importância. O poderio norte-americano e a onda neoliberalista que pregavam a globalização e a diminuição dos Estados. Essa mudança teve reflexos sérios para os planejamentos do Exército, pois diversos planos deixaram de ser implementados pela redução dos orçamentos e mudanças nas prioridades.

### **O processo de reformulação do Exército Norte-Americano na década de 1980.**

O Exército dos EUA identificou a necessidade de uma grande reformulação na doutrina da Defesa Ativa de 1976. A sinergia entre as forças singulares passava a ser o principal objetivo, a fim de superar o isolamento e dificuldades de integração entre Marinha, Exército e Aeronáutica. Isso produziu a doutrina da Batalha Ar-Terra, formulada em 1982, e revisada e publicada em 1986. A doutrina foi baseada em programas intensivos de desenvolvimento de armas, com a entrega de uma nova geração inteira de armamento moderno, a partir de 1983. Também na década de 1980, os métodos de treinamento foram reformados. Foram incluídas novas técnicas de treinamento, testes de qualificação para soldados, estudo dos princípios de liderança, e adestramento para unidades.

No início dos anos 1980, as unidades começaram a frequentar os novos Centros de Treinamento de Combate, a fim de treinarem engajamentos simulados de força contra força. Uma nova concepção foi concebida, com todos os elementos envolvidos: armas, treinamento, desenvolvimento de liderança, tática, doutrina e organização. O sucessor do TRADOC, General Donn Starry, afirmou que, “pela primeira vez na história, o Exército se reformulou por dentro”.

O sucesso da Airland Battle dependia de quatro princípios básicos: iniciativa, profundidade, agilidade e sincronização, cada um exigindo tanto do intelecto do Comandante quanto da força física de sua tropa. O manual de 1982, finalmente, introduziu o conceito. O General Glenn Otis, sucessor de Starry no TRADOC, reconheceu que o tamanho e a complexidade do campo de batalha aéreo e terrestre haviam expandido o foco tático estreito do FM 100-5, exigindo a inserção do nível Operacional, entre os níveis Estratégico e Tático. Na edição de 1986, a Doutrina Ar Terra tornou-se sinônimo do nível Operacional de condução da guerra, que no Brasil é sinônimo de Operações Conjuntas (LEMOS Jr, 2020).

Em 1979, a criação do Tactical Air Command, sediado na Base Aérea de Langley, na Virgínia, a apenas vinte minutos da sede do TRADOC, proporcionou o desenvolvimento de uma visão doutri-

nária conjunta que incluía sistema de fogos do Exército, para suprimir as defesas aéreas inimigas, e a interdição aérea para atacar o segundo escalão. Em 1984, os Chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Aeronáutica, anunciaram a assinatura de um memorando de entendimentos estruturado para otimizar o emprego Conjunto da Doutrina Aeroterrestre, resultando no estabelecimento, durante um ano, de uma agenda de discussões de alto nível e jogos de guerra, a fim de “proporcionar a melhor Força de Combate Aeroterrestre possível” (SCALES JR., 1994, p. 27).

Durante o processo, o Exército não pôde ignorar as Forças de Infantaria Leve e de Operações Especiais. Depois da operação Eagle Claw, o papel das Forças Especiais expandiu-se consideravelmente para incluir o contraterrorismo e missões específicas de ação direta que exigiam manuseio de equipamentos diferenciados. Em 1980, foi criado um setor para testes de equipamentos de alta tecnologia na 9a Divisão de Infantaria de Fort Lewis, com o propósito de aumentar seu poder de fogo, tornando-a menor e mais leve. Em que pese não poderem substituir as “forças pesadas”, tais divisões forneceriam uma força complementar otimizada para lutar onde os blindados pesados e as Unidades mecanizadas não pudessem ir (LEMOS Jr, 2020).

Após 15 anos de reformas, o Exército considerou sua transformação de uma Força de massa conscrita, para uma de profissionais de carreira, virtualmente finalizada. A partir da Urgent Fury xxxxxxxx, o Congresso estadunidense havia participado, decisivamente, da reforma militar, necessária, com a aprovação do Goldwater-Nichols Act em 1986. A nova lei destinava-se a melhorar a condução das Operações Conjuntas, fortalecendo as posições do Chairman do Joint Chiefs of Staff (JCS) ou Presidente do Conselho Conjunto dos Chefes de Estado-Maior, e dos Unified Combatant Command ou Comandos Conjuntos Geográficos (LEMOS Jr, 2020).

No final da década de 1980, a doutrina modernizada da batalha aérea e orientada para a iniciativa estava bem incorporada na literatura doutrinária e de treinamento. O Exército preparou unidades de combate reestruturadas para acomodar novos armamentos poderosos e implementar os princípios de batalha dirigida por corpo de exército e infantaria leve, altamente móveis.

Uma nova geração de armamentos e equipamentos equipou echo as unidades de combate: Os sistemas mais proeminentes dos quais eram o CC Abrams, o veículo de combate Bradley, os helicópteros Black- Hawk e Apache, o sistema de lançador múltiplo de foguetes, o míssil de defesa aérea Stinger, e o sistema de defesa aérea Patriot. Os observadores viram uma força de combate no final da década de 1980 transformada em todos os seus elementos essenciais.

Em 1978 a reorganização do Exército foi um esforço que orientou a organização tática. As estruturas de divisão pareciam que não atenderiam às novas condições de batalha percebidas. Em todos os projetos percebia-se a adição cada vez maior de tecnologia à Divisão. Essa tendência, que se aceleraria, tinha dois aspectos fundamentais: a crescente mecanização da força de combate (incluin-



do a mecanização do espaço aéreo da divisão) e uma ampliação e aprofundamento da extensão da tecnologia em virtualmente todas as funções da divisão, combate e apoio.

As unidades passaram a ser quaternárias. Isto é, quatro Subunidades operacionais por Unidades, em vez de três, nos batalhões blindados. Os novos batalhões implementaram o conceito de estabelecer contato, engajar, fixar e desbordar. Juntas, as organizações da Divisão foram ligadas aos conceitos de máximo poder de fogo à frente; controle de comando aprimorado; aumento do suporte de fogo, defesa aérea e reabastecimento de munição; e uma combinação melhorada de blindagem.

A estrutura impôs uma proporção maior de líderes para liderados, com Pelotões e Grupos de combate menores. Um novo enfoque doutrinário foi introduzido nas táticas de ruptura e ataque aos escalões subsequentes do inimigo. A nova Divisão prometia uma força de combate significativamente mais forte, baseada em grandes batalhões de manobra, em Brigadas quaternárias.

Uma parte importante do projeto do Exército de Excelência do verão de 1983 foi a decisão de tornar mais leves os projetos pesados. O foco do esforço eram as pesadas divisões blindadas e mecanizadas que constituíam a maior parte das forças de combate do Exército. A fim de alcançar reduções de mais 2.000 militares, decréscimos recomendados pelo Comando Conjunto, os planejadores recomendaram a exclusão de um RCC (561 homens) da divisão pesada (deixando a divisão blindada com 5 RCC e 4 BIB) e a divisão de infantaria mecanizada com 4 RCC e 5 BIB. Da mesma forma, a exclusão e transferência de um dos 2 batalhões de helicópteros de ataque (273 homens) da brigada de ataque de cavalaria aérea forneceu recursos para a brigada de aviação do corpo. Ainda, a exclusão do pelotão de busca de alvos (62 homens) removeu a única capacidade da divisão de detecção passiva de sistemas inimigos.

Por fim, uma revisão do suprimento classe 1 (245 militares) reduziu a dependência da DE em seus trens, mas acarretou custos de controle e contratação. Apoiando as mudanças logísticas estava o Estudo de Produtividade da Unidade de Logística realizado pelo Centro de Logística, em 1982. Esse estudo buscou maneiras de melhorar a durabilidade e os fatores “RAM” do equipamento (confiabilidade, disponibilidade, manutenção). Também procurou maneiras de reduzir os requisitos de peso, volume e mão de obra, e melhorar a produtividade logística. O estudo procurou implementar novos conceitos e equipamentos para soldados em unidades de logística, a fim de chegar a idéias de design para o suporte da DE. Entre essas idéias estavam o uso sistema de carregamento paletizados, sistema de construção de dutos, abastecimento robótico e sistemas de diagnóstico especializado, e recomendações sobre equipamentos de manuseio de material.

O modelo de conscrição compulsória foi substituído pelo voluntariado profissional, com a doutrina de *Airland Battle* (BENSON, 2012). Subjacente a esses processos, os Estados Unidos incorporavam tecnologias ligadas ao complexo C4ISR ao seu desenho de força. A forma pela qual a vitória

foi alcançada na Guerra do Golfo (1990-1991), em especial por parte dos EUA, elevou o debate sobre revolução dos assuntos militares (RAM) como a principal expressão e promessa da mudança militar. Não restrito aos debates acadêmicos, a RAM foi um tema fundamental para políticas de defesa entre os anos 1990 e 2000 (COLLINS E FUTTER, 2015).

Apesar de considerar em seu escopo mudanças radicais de doutrina e a adaptação organizacional, a variável central na RAM foi a tecnologia. Segundo Howard (2004), por exemplo, os defensores da RAM focam mais nos aspectos tecnológicos do que na dimensão humana. Somado ao determinismo tecnológico, o RAM foi acusado de ser anti-clausewitziano, em particular pela promessa tecnológica de superar a “névoa da guerra” tal como a “fricção” no campo de batalha (PROENÇA JÚNIOR, RAZA E DINIZ, 1999).

Observe-se, portanto, como as sucessivas experiências em guerras e conflitos armados, dos militares dos EUA, exigiram uma reformulação impactante: redução de pessoal com aumento da qualificação por meio de um ambicioso programa de valorização, Ensino e Treinamento, materializado pelo TRADOC, inspiração para o *U.S. Joint Forces Command*<sup>19</sup> (1999-2011), e a SAMS, mestrado militar de excelência; imperativo tecnológico na avaliação realista de exercícios e nos projetos de equipamentos de combate no estado da arte, sempre adequados às novas doutrinas militares e adaptados aos cenários geopolíticos; bem como o ativo envolvimento da sociedade civil e de políticos relevantes, por meio dos Comitês das Forças Armadas do Congresso estadunidense, com o tema de Defesa (LEMOS Jr, 2020).

## **O processo de evolução do Exército Brasileiro na década de 1980.**

O Plano Diretor de 1970 modificou as tropas terrestres brasileiras, reestruturadas organizacionalmente em 23 Grandes Unidades (em contraste com as 7 Infantarias Divisionárias dos anos anteriores), enquadradas em 7 Divisões de Exército. Um novo patamar de operacionalidade havia sido obtido mediante a aquisição de novos meios mecanizados, e praticamente extintas estruturas antigas como as forças hipomóveis. Contudo o conflito das Malvinas revelou o atraso que ainda persistia na força terrestre (SIQUEIRA, 2019).

“A guerra das Malvinas explicitou para os países latino-americanos a incapacidade militar da Argentina perante a Grã-Bretanha (...) Esse conflito provocou reflexão a respeito dos caminhos da defesa no Brasil.” (KULMANN, 2007, p.1)

As conseqüências para a Força Terrestre brasileira começaram a ser sentidas antes mesmo do fim do conflito. Em 08 de junho de 1982, alguns dias antes da capitulação argentina, o General Walter expediu a Nota Ministerial 009 na qual expressava diversas ordens acerca do conflito que envolvia o país vizinho:

“Nota Nº 009 Brasília, DF, 08 de junho de 1982.

Considerando a atual situação no Atlântico Sul e suas possíveis repercussões no equilíbrio estratégico continental e em nossa própria organização, determino ao Estado-Maior do Exército que:

a. Analise o Plano de Organização e Articulação, visando, essencialmente, aos seguintes aspectos: (...)

- necessidade de um núcleo potente, essencialmente profissional, com características de “força de intervenção”, indispensável à pretendida estratégia de dissuasão;

- prazos de aprestamento e atuação; (...)

b. Avalie a propriedade do nosso armamento, material e equipamento, considerando, inclusive, os imperativos de modernização.

c. Realize estudos visando à implementação de meios eletrônicos e de busca, apreensão e localização de alvos. (...)

Apresente:

- em curto prazo, estimativa sobre necessidades financeiras para recompletar armamento e equipamento das GU e Unidades existentes;

- em uma 2ª fase, conforme as conclusões que resultem dos estudos que estou recomendando, avaliação sobre recursos necessários para equipamento adicional.

f. Considere, ao elaborar a orçamentação para o próximo ano, a aquisição de materiais que estão sendo objeto de pesquisa e desenvolvimento por conta do Programa de Reparelhamento e Preparo do Exército e que venham a ser operacionalmente aprovados.

*Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque – Ministro do Exército” (BRASIL, 1982)*

Segundo Campos (2011), imediatamente após a ordem do Ministro o Chefe do Estado-Maior do Exército, determinou a execução de um estudo histórico-doutrinário do conflito com o objetivo de reunir subsídios que fundamentassem a evolução da doutrina militar terrestre e do planejamento militar, em face do emprego de novas tecnologias e que promovessem o entendimento geral das operações militares desenvolvidas no Teatro de Operações do Atlântico Sul.

Campos (2011) afirma que o trabalho resultante foi intitulado “Estudo Histórico-Doutrinário sobre a Guerra do Atlântico Sul” (BRASIL, 1982) o qual apresentou uma série de ensinamentos, demonstrando o acompanhamento atento da Força Terrestre ao conflito bélico que envolvia o vizinho da América do Sul. Campos afirma que, em 1983, possivelmente por influência do conflito, foi criado no Estado-Maior do Exército uma Seção de Estratégia cuja responsabilidade era o planejamento do “exército do futuro”, estudando a modernização da Força nos horizontes temporais de 1990, 2000 e 2015. Dali saiu o Plano de Estruturação do Exército e os projetos Força Terrestre 1990 e 2000 (FT90 e FT2000).

Segundo Campos (2011), a fim de se verificar as mudanças na estrutura organizacional do Exército a partir da década de 1980 é interessante notar a conjuntura da Força Terrestre no período posterior ao Conflito das Malvinas. Em função da deflagração da guerra na vizinhança, na qual um país vizinho (em certos aspectos à frente do Brasil em tecnologia militar) foi sumariamente derrotado, o discurso da Defesa Nacional ganhou força momentânea no Brasil.

Assim, em 1985, foi apresentada ao Presidente da República uma “Exposição de Motivos” que solicitava os recursos extra-orçamentários para uma nova reestruturação da Força Terrestre. Esses recursos seriam aplicados na atualização do Plano Diretor do Exército de 1970 e objetivavam elevar os níveis de operacionalidade da Força Terrestre em curto prazo, introduzindo inovações doutrinárias relativas à potência de fogo, defesa antiaérea, comando e controle e aeromobilidade, contemplando os ensinamentos colhidos no Conflito das Malvinas (SIQUEIRA, 2019).

Em meados da década de 1980, o Exército Brasileiro (EB) não possuía aviação própria. Da mesma forma, as brigadas blindadas eram mobiliadas pelos antigos CC M41-C, modelo repotencializado do M41 americano, com canhão 90mm em vez do 76mm original, e motor diesel substituindo o original. As brigadas blindadas eram ternárias, e encontravam-se concentradas na região sudeste. Não existiam centros de treinamentos e simulação. Por outro lado, a indústria de defesa era uma das mais desenvolvidas do mundo, exportando produtos para diversos países.

Percebeu-se a necessidade de alterar as estruturas do EB, e um projeto de curto e de longo prazo foi lançado para adequar a força terrestre. Para tanto, foi planejada a FT 90, programa que visava diversos objetivos próximos, dos quais se destacavam:

Modernização do Estado-Maior do Exército e dos Comandos Militares de Área.

Adequar a distribuição de unidades, priorizando a política de presença na Amazônia.

Aumento do efetivo profissional do Exército e criação das Forças de Ação Rápida.

Modernizar a tropa blindada, com aquisição de meios modernos e adequação das estruturas, tornando as blindadas quaternárias e equilibradas, com forças de apoio também blindadas.

Criação da Aviação do Exército.

Criação de uma Brigada de Operações Especiais.

No sentido de atender as necessidades de adequação à guerra eletrônica moderna foi criado em Brasília/DF, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, através do Decreto 89.445 (BRASIL, 1984a), de 19 de março de 1984, que iniciou um processo de modernização que culminou com a evolução para o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército em 2015 (SIQUEIRA, 2019).

A aquisição de modernos sistemas de busca de alvos e de direção eletrônica de tiro para a artilharia propiciou a criação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea em 1992, em Santos/SP. Por

fim, com a intenção de implantar uma aviação de asas rotativas que atendesse o grande anseio por aeromobilidade própria da Força Terrestre, foi criada a Brigada de Aviação do Exército em Taubaté/SP, através de Decreto S/Nr de 19 de julho de 1993, a qual, na atualidade, já evoluiu também para o Comando de Aviação do Exército (SIQUEIRA, 2019).

O Exército modificou sua divisão territorial, em 1986, aprimorou sua estrutura de direção geral, com um EME modernizado e organizado, e criou em 1990 um órgão de gerenciamento das operações militares, o Comando de Operações Terrestres (COTER) que, junto ao EME, buscava aumentar o nível de operacionalidade da força terrestre.

Apesar de não ocorrer o aumento de efetivo e de unidades previsto, várias brigadas de selva foram criadas ou transferidas para a região amazônica, diversas unidades motorizadas deixaram de existir e houve redução significativa de brigadas no Rio de Janeiro. Diversas adaptações pela falta de condições econômicas de implementar todo o plano de aumentar os efetivos criaram um reordenamento, ainda que não tenha ocorrido a diminuição de unidades, apenas sua alocação.

O Exército criou e transferiu unidades para a região do Comando Militar da Amazônia, estabelecendo diversas brigadas de infantaria de selva e pelotões especiais de fronteira. A idéia de aumentar a soberania com a presença estatal, a vivificação de fronteiras e o fornecimento de serviços básicos, foi estabelecido na região Amazônica, junto ao Programa Calha Norte, que se iniciou como projeto de governo na década de 1980. Nessa região, buscou-se a construção de nação (*nation building*), por meio da vivificação de fronteiras, com a idéia de colonização e de nacionalização do índio, ações tipo polícia na contenção de ilícitos de toda ordem (contrabando, tráfico de drogas, dentre outras), policiamento na fronteira, combate convencional contra inimigo de mesmo porte e combate irregular (estratégia de resistência) contra inimigo muito superior. Desde a década de 1990, essa região assumiu definitivamente a condição de área estratégica prioritária para a defesa externa.

Durante o período sob liderança do General Leônidas, além do esforço do planejamento e da nova divisão territorial, é criada a Aviação do Exército, enviando militares para cursarem na Marinha e na Força Aérea logo em 1986, com o funcionamento do batalhão de aviação do Exército a partir de 1988 e, no ano seguinte, com a criação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica.

A despeito da mudança no relacionamento dos países na bacia do Prata, permaneceram grandes estruturas de atuação interestatal, as brigadas do Comando Militar do Sul. A reorganização das brigadas blindadas, tornando-as quaternárias, colocaram-nas em pé de igualdade com as brigadas argentinas. Somou-se a isso a criação do Centro de Instrução de Blindados, em 1996, e sua transferência para o Sul na primeira década do século XXI.

No que tange ao número de brigadas e efetivo, a força terrestre permaneceu praticamente com as mesmas dimensões de 1985, contudo, com considerável transformação e crescente especialização

em todos os tipos de missões. Algumas brigadas ganharam diversidade de atuação e maior potencialidade de deslocamento e de ação. Como forças de ação rápida, anteriormente apenas a brigada pára-quedista e o batalhão de forças especiais, o Exército passou a contar com variados tipos de forças com a finalidade de deslocamento estratégico e atuação imediata.

Esse acréscimo qualitativo proporcionou agilidade e flexibilidade de ação à força militar. Inclusive o Comando Militar da Amazônia se beneficiou dessas novas estruturas e conceitos, com o estabelecimento de um esquadrão de aviação do Exército (1993) e uma companhia de forças especiais (2003). Um batalhão de selva tornou-se aeromóvel (2000), aumentando a mobilidade e a flexibilidade na região.

As Divisões de Exército gradualmente foram adotando um caráter modular, se afastando do modelo americano adotado desde a II GM. A falta de meios modernos de comunicação, meios de busca de inteligência e de meios especializados justificou em partes a flexibilização da doutrina. Ao mesmo tempo, a pulverização das unidades no território tornou mais complexo o estabelecimento do treinamento das Grandes Unidades, mantendo o caráter atomista de cada organização militar, que forma os militares temporários e conduz os processos de adestramento de forma mais independente.

O projeto FT 90 buscava inserir o treinamento em centros de excelência como o Centro de Instrução de Blindados, nivelando o nível de adestramento. A inserção de simuladores, em cada unidade blindada e mecanizada, buscava inserir o país nesse método de economia de recursos. O surgimento do Centro de Adestramento do Exército buscava proporcionar uma avaliação mais realista do adestramento, identificando falhas e boas práticas.

Essas inovações não atingiram o nível adequado nas Grandes Unidades, como Brigadas ou mesmo nas DE, devido a falta de capacidade de avaliar corretamente a combinação das armas, mesmo dentro da Força Terrestre. A reunião dos meios de Grandes Unidades, onerosa pela necessidade de deslocamento e concentração, provocou diversas limitações para a sinergia das diversas funções de combates. Se internamente as dificuldades de trabalho conjunto eram grandes, a sinergia entre as Forças Armadas era ideal distante, o que pode ter contribuído para o atual estágio de atraso na integração em relação aos EUA.

### **Comparação dos programas de modernização Brasil e EUA, em 1980.**

A década de 1980 foi marcada por grandes transformações estruturais nos Exércitos dos EUA e Brasil. Enquanto os norte-americanos buscavam consolidar sua posição de potência global, o Brasil finalizava sua transição de poder para os civis e percebia a redução das disputas regionais, especialmente no cone Sul.

Assim, diversas diferenças puderam ser percebidas nos programas de reestruturação das forças terrestres. A maior delas foi a busca, nos EUA, pela integração de suas forças armadas, enquanto no Brasil percebeu-se maior resistência para a criação de um Comando Conjunto de fato, o que se refletiu pela criação, somente em 1999, do Ministério da Defesa. Essa resistência se explica, também, pela pulverização das próprias unidades do Exército, dificultando até mesmo o exercício entre as armas da Força Terrestre, enfraquecendo as Grandes Unidades.

A redução do efetivo buscado nos EUA em 1980 ocorreu na direção contrária da intenção brasileira de aumentar os efetivos, profissional e temporário. A Força Terrestre brasileira buscou solidificar o serviço militar obrigatório, enquanto os norte-americanos o extinguiram. Se na prática o aumento de efetivo não ocorreu, a manutenção dos efetivos do EB representou contraste com a redução americana.

Enquanto os EUA profissionalizaram seus efetivos, e investiram massivamente em tecnologia, o Brasil buscou aumentar a presença na região amazônica, reestruturando a distribuição de diversas unidades. Ao focar em conflitos externos, e na projeção de poder num combate simétrico e tradicional, ofensiva, os EUA estabeleceram uma política diametralmente oposta ao Brasil, que terminou empregando seus recursos na dimensão humana, em ações subsidiárias e na formação de uma força de ocupação e presença, com uma característica defensiva.

Em relação à indústria de defesa, o Brasil terminou perdendo diversas capacidades para o desenvolvimento de seu material de emprego militar, fruto da globalização e dificuldades de investimentos. Diferentemente dos EUA, que lograram fortalecer sua indústria de defesa, o Brasil passou a ser um importador de materiais militares, com compras de ocasião como os blindados Leopard A1 e **aeronaves francesas**.

Por outro lado, diversos pontos comuns puderam ser identificados, como a busca pela efetivação de forças aeromóveis na força terrestre e no incremento de unidades especializadas, leves, de pronta resposta.

Na defesa externa, da mesma forma que os EUA, o Brasil reduziu suas forças blindadas e tornou a estrutura equilibrada, quaternária. A nova distribuição das tropas blindadas, com novos materiais, buscava equiparar as nossas forças às dos países vizinhos, ao mesmo tempo que objetivava manter minimamente atualizado o país no cenário internacional.

Ainda, o aumento de turmas formadas nas escolas e a criação do quadro especial buscava profissionalizar o EB, a fim de aumentar a capacidade de operação dos novos meios blindados e aéreos. Ao mesmo tempo, a criação de centros de treinamento e simulação buscava melhorar os níveis de prontidão e adestramento, alinhando o país ao que ocorria nos principais exércitos, e em especial, ao americano.

Os Exércitos Americano e Brasileiro, fruto da grande história de cooperação iniciada durante a 2ª GM, apresentam diversos pontos comuns que facilitam até hoje a atuação combinada.

As decisões tomadas na década de 1980 marcaram profundamente a constituição das duas forças, direcionando a evolução de cada um de modo diverso, que resultaram numa maior integração da Força Terrestre americana com as demais forças singulares daquele país, e um relativo isolamento das forças no Brasil.

### **Considerações finais**

Poucos estudos buscaram compreender as mudanças ocorridas nas forças terrestres americanas e brasileiras durante a década de 1980 e seus reflexos até os dias atuais. Em que pese duas realidades muito distintas, a década 1980 pode servir de referência para muitas decisões a serem tomadas no futuro.

Enquanto o Brasil decidiu manter o serviço militar obrigatório e buscou ampliar a presença do seu Exército em todo o território nacional, os EUA buscaram profissionalizar sua força terrestre, integrá-la com as demais forças, diminuir custos com redução de efetivos, e investir em tecnologia, assim superando as dificuldades apresentadas nos conflitos anteriores, como o do Vietnã.

Inspirado nos EUA, e em outras potências, o EB projetou o aumento do profissionalismo de suas forças, pelo programa FT 90. Ao deslocar sua atenção para o combate regular e para a ocupação da Amazônia, a força terrestre projetou a mudança da sua estrutura de pronta resposta, pela modernização da doutrina e dos meios. A compra dos blindados de origem alemã da família Leopard e de aeronaves francesas representou um grande salto, que reflete até hoje na cultura organizacional.

A transferência de diversas unidades para a fronteira amazônica, e criação de forças de ação rápidas, foram um acerto na política do EB, comprovados pela diversa gama de ações executadas pelas unidades na selva atualmente, e pela manutenção das Forças de Prontidão....

A conjuntura externa caracterizada pela ausência de percepção de ameaças regionais para a força terrestre na década de 1990, e a conjuntura de estagnação econômica interna, impediram o programa FT 90 de atingir diversos de seus objetivos propostos. Contudo, o programa lançou bases para a priorização de aplicação dos recursos no ensino, na profissionalização dos quadros e na manutenção de um Exército com efetivos adequados para o tamanho do país.

A diminuição da capacidade industrial na produção de meios de defesa deveu-se menos à vontade do EB para a manutenção de importantes centros de produção, e foi muito influenciada pelas dificuldades do Estado em subsidiar esses empreendimentos, em uma época de governos neoliberais que buscavam abrir os mercados brasileiros e diminuir a intervenção na economia.

A dificuldade de integrar as forças armadas, persistente até os dias atuais, em que pese a cria-



ção do Ministério da Defesa, foi observada na década de 1980, com inclusive, a disputa pelos recursos escassos. Diferente do ocorrido nos EUA, o Brasil não logrou integrar suas forças de forma mais profunda, muito devido aos desafios enfrentados por cada nação e inexistência de falhas oriundas da falta de coordenação entre as forças, nas operações.

## Referências

**Ann Combat Developments Activity**, I September 1984. Field Circular 100-1 I, Force Integration: Corps/Division, Ft. Leavenworth, Kan.: U.S. Army

**AirLand Battle Study War Gaming Summary**. Ft. Leavenworth, Kan.: HQ Combined Arms Operations Research Activity, 30 April 1986.

**Army Command and General Staff College**, 28 February 1985. Field Manual 71-100, Division Operations, 16 June 1990.

**Army of Excellence Final Report, Vol. II: The Light Infantry Division**, Vol. III: The Heavy Division. Ft. Leavenworth, Kan.: HQ U.S. Army Combined Arms Combat Developments Activity, I October 1984.

Brasil. Decreto 89.445, de 19 de março de 1984. Cria o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica no Ministério do Exército e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 3.939. Publicado em 20 de março de 1984a.

\_\_\_\_\_. Decreto 90.649, de 19 de dezembro de 1984. Cria a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Centro de Avaliações do Exército, altera o Decreto de **Organização Básica do Exército e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 18.412. Publicado em 21 de novembro de 1984b.

\_\_\_\_\_. Decreto 91.778, de 15 de outubro de 1985. Dispõe sobre a extinção dos Exércitos e a criação de Comandos Militares de Área no Ministério do Exército e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 15.074. Publicado em 16 de outubro de 1985b.

\_\_\_\_\_. Decreto 91.779, de 15 de outubro de 1985. Dispõe sobre as áreas de **jurisdição dos Comandos Militares de área e Regiões Militares e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 15.075. Publicado em 16 de outubro de 1985b.

\_\_\_\_\_. Decreto 99.669, de 06 de novembro de 1990. Dispõe sobre a criação do Comando de Operações Terrestres e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 21.116. Publicado em 07 de novembro de 1990.

CAMPOS, Marcio T. de. A guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

Chief of Staff, U.S. Army White Paper 1984, Light Infantry Divisions, 16 April 1984, THRC. Field Circular 71-101, Light Infantry Division Operations, Ft. Leavenworth, Kan.: HQ U.S. Army Command and General Staff College, 31 July 1984, and Change I, 29 April 1985, THRC. Field Circular 71-101-1, Organizational Description for the Airborne Division, Ft. Leavenworth, Command and General Staff College, July 1985. Field Circular 100-20, Low-Intensity Conflict, Ft. Leavenworth, Kan.: U.S. Army Command and Deep Attack Programs Office Final Report. Ft. Leavenworth, Kan.: 30 June 1985.

DINIZ, Esteves. Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

DOMINGUES, Antonio Aparicio Innacio. Forças helitransportadas de Infantaria. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, Ano 56, Nr 634, novembro-dezembro. 1970.

Doctrinal Force Structure Analysis Report. Ft. Monroe. Va.: Organization Directorate, Office of the Deputy Chief of Staff for Combat Developments, HQ TRADOC, 28 April 1988.

Echelons Above Corps 186] Study, Phase I. Ft. Leavenworth, Kan.: HQ U.S. Army Combined Arms Center. 19 December 1980.

Fact Sheet for Chairman, Subcommittee on Military Construction, Committee on Appropriations, House of Representatives, Force Structure: Information on Stationing Army's 6th Infantry Division. Washington, D.C.: U.S. General Accounting Office, August 1986.

FILHO, Geraldo L. Cavagnari. Autonomia militar e construção da potência. In. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987

FILHO, Eliéser Girão Monteiro. O Exército Brasileiro para o século XXI e a **profissionalização de parte de suas OM: uma proposta**. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1992.

General Staff College, 16 July 1986. Field Circular 101-55, Corps and Division Command and Control, Ft. Leavenworth, Kan.: U.S.

Hcrben, *DePuy*, pp. 3-9. 37-107. (2) Romjue, *Airl..and Bailie*; for an account of the critique of the 1976 manual, see pp. 13- 21.

Joint Low Intensity Conflict Project Final Report. Ft. Monroe, Va.: HQ TRADOC, 1 August 1986. Light Infantry Division Field Certification Report. Ft. Hood, Tex.: HQ TRADOC Combined Arms

Júnior Augusto W. M. Teixeira. **O papel da tecnologia na concepção de transformação do EB: caímos na armadilha da revolução dos assuntos militares?** [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535684371\\_ARQUIVO\\_TeixeiraJuniorGamaNeto-XENABEDDraftPaper.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535684371_ARQUIVO_TeixeiraJuniorGamaNeto-XENABEDDraftPaper.pdf) NETO e JUNIOR. 2018.

JÚNIOR, Moisés da Paixão. Breve histórico do Estado-Maior do Exército: implicações para a doutrina militar terrestre. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**. Brasília. Ano 01, Edição 02, abril-junho. 2013

Kan.: U.S. Army Command and General Staff College, 30 January 1986. Field Circular 71-101-2, Organizational Description for an Air Assault Division, Ft. Leavenworth.

KULMANN, Paulo. Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político 1984-2007. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

\_\_\_\_\_, Paulo. Mudança de missões e estrutura de defesa do Exército Brasileiro (1985-2007). In: 9o CONGRESSO INTERNACIONAL, 2008, Louisiana (EUA): Brazilian Studies Association (BRASA), 2008. Disponível em [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Paulo-Kuhlmann.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Paulo-Kuhlmann.pdf). Acesso em: 25 de março de 2019

Luttwak, Edward N., Report, An Historical Analysis and Projection for Army 2000. Chevy Chase, Md.: 1982-1983.

Report to the Chairman, Subcommittee on Military Construction, Committee on Appropriations, House of Representatives, Force Structure: Army Needs to Further Test the Light Infantry Division. Washington, D.C.: U.S. General Accounting Office, April 1988.

Report to the Secretary of the Army, Army Force Structure: Lessons to Apply in Structuring Tomorrow's Army. Washington, D.C.: U.S. General Accounting Office, November 1990.

ROMJIE, John L. **The Army of Excellence. The development of the 1980s Army.** [https://history.army.mil/html/books/069/69-4-1/cmhPub\\_69-4-1.pdf](https://history.army.mil/html/books/069/69-4-1/cmhPub_69-4-1.pdf), pesquisado em 20 Out 2020.

ROMJIE, John L. **Army 86**. Vols I and II. Sec V olt. pp. 1- 10. for an account of the Division Restructuring Study and the organizational designs it produced.

SCALES JR., Robert H. **Certain Victory: U.S. Army in The Gulf War**. Fort Leavenworth: Army Command and General Staff College Press, 1994.

Strategic Requirements for the Army to the Year 2000, Middle East and Southwest Asia. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, September 1982

Siqueira, Júlio César Aguiar. A evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005. <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5978/1/MO%206130%20-%20AGUIAR%20SIQUEIRA.pdf> 2019. Pesquisado em Out 2020.

# A disputa pelo Amapá: o uso do poder militar e da diplomacia na definição da fronteira do extremo norte do Brasil<sup>1</sup>

Ricardo Caetano de Moraes<sup>2</sup>

## Resumo

A formação das fronteiras do Brasil foi um processo longo e complexo, envolvendo atividades comerciais, operações militares e ações diplomáticas num amplo espaço geográfico. Na Amazônia, este processo foi particularmente demorado, devido tanto às grandes distâncias envolvidas quanto às dificuldades de penetração e ocupação do território, coberto pela maior floresta tropical do mundo. Um caso interessante é a definição dos limites do atual Estado do Amapá, que envolveu confrontos entre Portugal (e posteriormente o Brasil) e a França, uma das maiores potências europeias. O trabalho busca compreender a interação entre o uso do poder militar e da diplomacia na definição das fronteiras do Amapá entre 1600 e 1900, analisando as consequências e os impactos das decisões tomadas para o momento atual.

**Palavras-chave:** Amapá. Poder militar. Diplomacia.

## Abstract

The formation of Brazil's borders was a long and complex process, involving commercial activities, military operations and diplomatic actions in a wide geographic space. In the Amazon, this process was particularly slow, due both to the great distances involved and to the difficulties of penetrating and occupying the territory, covered by the largest tropical forest in the world. An interesting case is the definition of the limits of the current State of Amapá, which involved confrontations between Portugal (and later Brazil) and France, one of the greatest European powers. The work seeks to understand the interaction between the use of military power and diplomacy in defining Amapá's borders between 1600 and 1900, analyzing the consequences and impacts of the decisions taken in the period to the present day.

**Keywords:** Amapá. Military Power. Diplomacy.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em História Militar. Orientador: Luiz Paulo Carneiro de Paula. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020.

<sup>2</sup> Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina.

## Introdução

O estabelecimento das fronteiras do Brasil foi um processo longo e complexo, abrangendo atividades de exploração econômica, operações militares e ações diplomáticas num amplo espaço geográfico. A definição das fronteiras na região amazônica foi especialmente demorada, devido tanto às grandes distâncias envolvidas quanto às dificuldades de penetração e ocupação do território, coberto por densa floresta tropical. Um exemplo é o estabelecimento dos limites do atual Estado do Amapá, concluído apenas no início do século XX. A disputa pelo Amapá foi relativamente pouco estudada, embora tenha envolvido confrontos entre Portugal (e posteriormente o Brasil) e a França, uma das maiores potências europeias. A análise do processo para a solução deste conflito pode trazer importantes lições para resolver disputas fronteiriças semelhantes no futuro.

Este trabalho pretende compreender a interação entre o uso do poder militar e de negociações diplomáticas na definição das fronteiras do Amapá entre 1600 e 1900, e buscando analisar as consequências e os impactos das decisões tomadas para o momento atual. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa pura, teórica, de natureza explicativa e qualitativa, fundamentada na coleta de dados por meio de um levantamento bibliográfico, consultando fontes secundárias e terciárias.

Foi estudada bibliografia relativa à formação das fronteiras brasileiras na Amazônia, as origens da Questão do Amapá, as operações militares que ocorreram na região entre o Amapá e a Guiana Francesa e as negociações político-diplomáticas que encerraram a Questão.

O restante do trabalho está organizado como se segue. A seção 2 trata dos conceitos de “fronteira” e “fronteira nacional”, aplicando-as à região amazônica. Na seção 3, é apresentado o desenvolvimento histórico da Questão do Amapá propriamente dita, abrangendo os períodos colonial, imperial e republicano. Finalmente, a seção 4 apresenta as considerações finais, discutindo como foram empregados o poder militar e a diplomacia na disputa pelo Amapá e apresentando algumas reflexões sobre as lições aprendidas para os dias atuais.

## A QUESTÃO DO AMAPÁ

### Fronteiras e a Amazônia

Estabelecer fronteiras nacionais é um processo de delimitação de espaços e de soberanias. O conceito de “fronteira” é bastante antigo. Seabra afirma que “a ideia de fronteira, enquanto significado de limite ou delimitação concreta de um determinado espaço territorial, terá surgido da necessidade de os homens estabelecerem os seus direitos de propriedade.”<sup>3</sup>. No entanto, a noção de “fronteira nacional” é bem mais recente. Segundo Seabra:

---

3 SEABRA, Miguel P. C. S., *O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada*, Trabalho de Investigação Final (Curso de Estado-Maior Conjunto), Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012, p. 10.

Decorrente dos tratados de Vestefália (1648), [...] assiste-se à emergência do Estado Moderno que, para afirmar a sua soberania territorial e impor-se ao exterior, fez coincidir as fronteiras linguística, cultural e económica, tornando a fronteira linear imprescindível. Os Estados passaram a ser reconhecidos não só pela sua identidade política e institucional, mas também pelo facto de existirem enquanto unidades físicas e territoriais, em que a fronteira acentuava as diferenças para com os Estados vizinhos, fortalecendo a coesão interna e o grau de consciência nacional. [...]

A Europa passou a ser formada por diversos Estados autónomos, com autoridade política própria, em que o equilíbrio do poder, [...] assentava no modelo de fronteira estável de Richelieu, que considerava a segurança de um Estado dependente da estabilidade das suas fronteiras.

Geralmente consideradas sagradas pelo sangue derramado a implantá-las, as fronteiras, mantiveram o respeito pela soberania como poder sem igual na ordem interna, nem superior na ordem externa.<sup>4</sup>

Frequentemente, as fronteiras são estabelecidas segundo critérios geográficos. De acordo com Seabra:

Para a conceção moderna das fronteiras, há que destacar a contribuição do Tratado de Madrid (1750) entre Portugal e Espanha ao mencionar a necessidade de levantamentos expeditos no terreno para a efetiva demarcação de limites, a utilização do desenho das redes hidrográficas como melhor opção de limite e ao consagrar o *uti possidetis* (princípio do direito romano), que permitiu a cada parte conservar o que, antes, já possuía. [...]<sup>5</sup>

Existem várias outras definições de fronteiras, enfatizando aspectos sociais, culturais, religiosos ou comerciais. Por exemplo, na sua extensa análise sobre a formação das fronteiras latino-americanas, Vargas destaca o aspecto humano das regiões fronteiriças, que considera como local para aproximar povos, em vez de separá-los:

A ideia tradicional de fronteira, centrada no território, está diretamente associada aos valores de segurança, ou segurança nacional, referindo-se às dimensões políticas e territoriais dos Estados. [...]

O “novo” conceito de fronteira, que leva em consideração a dimensão humana de Estados limítrofes, estabelece a fronteira como um lugar, como um espaço de socialização de uma comunidade imaginada. Evidenciando sua função gregária, a fronteira, em vez de apartar, tem o poder de unir povos vizinhos. Essa concepção harmoniza-se com os princípios da segurança humana, que se ocupa da garantia de sobrevivência individual e comunitária dos indivíduos contra situações involuntárias, eventos acidentais e qualquer tipo de violência não provocada, com ênfase no cumprimento das normas de defesa dos direitos humanos.<sup>6</sup>

---

4 *Ibid.*, p. 11–12.

5 *Ibid.*, p. 12.

6 VARGAS, Fábio A., *Formação das fronteiras latino-americanas*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 55–56.

O Brasil levou um longo tempo para que suas fronteiras fossem adequadamente definidas, tanto por disputas com as nações vizinhas quanto pela sua geografia diversificada. A região amazônica constitui um desafio particularmente complexo para o estabelecimento de limites. Cobrindo grande parte do norte da América do Sul, a Amazônia possui uma gigantesca bacia hidrográfica, rodeada pela maior floresta tropical da Terra. Estas características dificultaram enormemente a delimitação de fronteiras, habitualmente fixadas a partir da localização precisa de acidentes geográficos, tais como rios e montanhas.

Na Amazônia, os rios foram escolhidos como grandes marcos fronteiros, além de servirem como caminhos naturais para penetração no interior do continente. Portanto, ocupar territórios na Amazônia significava ocupar as margens dos principais rios. Além disso, a posse de terras na margem de um rio também significava ter direito de navegação por toda a sua extensão, conforme os preceitos do Direito Internacional, estabelecidos primeiramente por Hugo Grotius no século XVII<sup>7</sup>. Esse foi um importante fator nas reivindicações territoriais entre as nações presentes na região amazônica, como será visto a seguir.

## A disputa pelo Amapá no período colonial

Desde que os primeiros europeus chegaram à região, no século XVI, a Amazônia despertou cobiça e curiosidade de diferentes povos e nações. Inicialmente procurando ouro e prata, mais tarde atraídos pela escravização dos indígenas e pelas “drogas do sertão”, gradativamente os europeus exploraram a região. Holandeses, ingleses e franceses se fixaram em trechos do litoral, desafiando portugueses e espanhóis na sua divisão das terras inexploradas do mundo pelo Tratado de Tordesilhas. Os espanhóis se depararam com imensas minas de ouro no Peru e pouco investigaram o interior da Amazônia. Conforme ressalta Goes Filho:

[...] Por que iriam, então, os espanhóis dos seiscentos e dos setecentos descer a montanha para aventurar-se na selva amazônica, hostil, cheia de febres e animais repulsivos, se tinham à mão as maiores riquezas do universo?<sup>8</sup>

Uma vez que Espanha e Portugal estavam sob a mesma coroa desde 1580, coube aos portugueses penetrar na imensa floresta através dos seus rios, organizando expedições como a de Pedro Teixeira, que habilmente tomou posse das regiões desbravadas em nome do rei de Portugal<sup>9</sup>. Além de explorar o território em busca de riquezas, essas expedições tinham como objetivo expulsar invasores europeus instalados na região e garantir sua posse para Portugal, através da construção e guarnição de fortalezas, muitas das quais deram origem a cidades. Rezende destaca a importância das fortificações:

---

7 GROTIUS, Hugo, *The Rights of War and Peace*, New York: M. Walter Dunne, 1901, p. 106–107.

8 GOES FILHO, Synesio S., *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*, Edição revista e ampliada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 205.

9 BENTO, Cláudio M., *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (História Militar Terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)*, 2. ed. Barra Mansa (RJ): [s.n.], 2017, p. 67–77.

[...] A posição a ser fortificada devia, primordialmente, atender aos propósitos políticos da estratégia de ocupação e defesa do território, essenciais para garantir ao Estado a justificação de posse daqueles vastos espaços geográficos. Fortificar não significava apenas defender militarmente, mas, sobretudo, marcava a presença portuguesa naquelas regiões tão distantes. A fortificação era, antes de tudo, a consecução de um objetivo político, que pode ser compreendido muito claramente nos posicionamentos de Lisboa para assegurar suas possessões amazônicas.<sup>10</sup>

A França logo se tornou o mais persistente adversário de Portugal na tentativa de domínio da Amazônia. Após a frustrada tentativa de estabelecer uma colônia permanente no litoral maranhense (a “França Equinocial”, liderada por La Ravardière<sup>11</sup>), os franceses se instalaram na costa acima do cabo Norte, fundando Caiena em 1633 e fazendo diversas tentativas de expandir seus domínios até a foz do Amazonas. Conforme afirma Ribeiro:

[...] As discussões sobre o domínio da região do Amapá prosseguiram ao longo do século XVII. Em 1664, a França criou a Companhia da França Equinocial, com o objetivo, não só de recuperar o domínio da cidade de Caiena, que a Holanda havia ocupado em 1653, mas, também, estender suas fronteiras até o Amazonas. Durante vários anos tentaram tornar efetiva a ocupação do Amapá, porém, os portugueses sempre reagiram eficazmente.<sup>12</sup>

Preocupados com a constante presença francesa, os portugueses construíram novos fortes em Torrego, Cumaú, Pará e Araguari entre 1686 e 1687<sup>13</sup>. Em maio de 1697, o Marquês De Férolles, governador da Guiana, liderou uma expedição que ocupou Macapá e desmantelou alguns fortes lusos. Os portugueses reagiram e as tropas lideradas por Francisco de Sousa Fundão expulsaram os invasores em menos de dois meses<sup>14</sup>. Pouco depois, as duas nações iniciaram negociações para definir a posse da região, firmando um Tratado Provisório em 1700 e, após longas discussões, assinando o Tratado de Utrecht em 11 de abril de 1713. A parte do Tratado assinada pelos reis de Portugal e da França concedia a Portugal as terras disputadas no Brasil, fixando a fronteira no rio Oiapoque, identificado como o rio “Japoc ou de Vicente Pinzón” dos antigos mapas<sup>15</sup>. No entanto, persistia a ambição francesa em se apossar de parte da margem do rio Amazonas, e, por conseguinte, ter o direito de navegação pelo rio. Assim, “a Coroa francesa, apesar dos expressos compromissos que assumiu no Tratado, nunca admitiu dar-lhe cumprimento.”<sup>16</sup>

A tensão na região prosseguiu, com incursões corsárias francesas e expedições punitivas portuguesas. Sucessivos tratados deslocaram a fronteira para os rios Calçoene, Carapanatuba e Araguari,

10 REZENDE, Tadeu V. F., *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*, Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006, p. 259.

11 MARIZ, Vasco, Os franceses no Maranhão: O fiasco da França Equinocial, in: *Depois da glória*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 97–113.

12 RIBEIRO, Néilson F., *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*, Brasília: Senado Federal, 2005, p. 44.

13 RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do, *Questões de limites: Guiana Francesa*, Brasília: Senado Federal, 2008, p. 96–101.

14 SARNEY, José; COSTA, Pedro, *Amapá: a terra onde o Brasil começa*, 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 99–106.

15 RIO BRANCO, *Questões de limites: Guiana Francesa*, p. 113–166.

16 RIBEIRO, *A questão geopolítica da Amazônia*, p. 44–45.



aproximando-se cada vez mais do Amazonas e, portanto, sendo cada vez mais favoráveis à França<sup>17</sup>. Finalmente, Portugal foi invadido e ocupado pela França napoleônica, causando a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil. Pouco depois da sua chegada, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, declarou guerra à França, e seu Ministro da Guerra, Rodrigo de Souza Coutinho, ordenou uma expedição militar contra a Guiana Francesa. A operação foi planejada inicialmente pelo governador do Pará, Narciso Magalhães de Menezes, como um simples reposicionamento das forças luso-brasileiras lideradas pelo tenente-coronel Manuel Marques na antiga fronteira do rio Oiapoque. No entanto, com o apoio de navios ingleses comandados pelo almirante James Yeo, a expedição foi ampliada para a conquista de Caiena, que foi tomada em janeiro de 1809 após uma breve campanha<sup>18</sup>. Os ingleses se retiraram logo após a vitória, e os portugueses entendiam que sua ocupação era provisória, servindo para melhorar sua posição numa futura negociação de paz na Europa. A Guiana acabou sendo restituída à França em 1817 como parte dos acordos de paz do Congresso de Viena<sup>19</sup>.

## A disputa pelo Amapá no período imperial

O Brasil independente herdou a pendência com os franceses na Amazônia. Aproveitando a situação caótica da região durante a Cabanagem<sup>20</sup>, os franceses instalaram um forte na margem direita do Oiapoque. O Império brasileiro respondeu estabelecendo a colônia militar Dom Pedro II na margem do Araguari, território considerado francês<sup>21</sup>. Após mediação britânica, os dois países desmantelaram suas fortificações e reconheceram a necessidade de demarcar adequadamente a fronteira, o que não foi feito. O agora chamado “Contestado Franco-Brasileiro” permaneceu em litígio durante o restante do século XIX. Em 1855, o Visconde do Uruguai foi a Paris tentar resolver a questão, chegando a oferecer o rio Calçoene como fronteira, mas o governo imperial francês só admitia a divisa no rio Araguari, insistindo no acesso ao Amazonas<sup>22</sup>. Em 1885, foi feita uma tentativa de transformar a região disputada numa nação independente sob tutela francesa, como relata Ribeiro:

[...] Um grupo de aventureiros, proclamou a República de Cunani, em 1885, cujo território se estendia da foz do rio Araguari ao rio Oiapoque. Cunani era, apenas, um povoado com cerca de 600 habitantes. A caricata república elegeu um presidente, o romancista Jules Gros, que procurou organizar seu governo sem qualquer sustentação fática. O próprio governo francês, reconhecendo o impacto geopolítico negativo para a França, interveio e, no dia 2 de setembro de 1887, acabou com a República de Cunani. [...] <sup>23</sup>

17 REZENDE, *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial*, p. 140–143.

18 SOUBLIN, Jean, *Caiena 1809*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 32–87.

19 *Ibid.*, p. 101–122.

20 BENTO, *Amazônia brasileira*, p. 196–202.

21 GRANGER, Stéphane, O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia, *Revista Cantareira (Instituto de História da UFF)*, n. 17, 2012, p. 23–24.

22 GOES FILHO, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, p. 318.

23 RIBEIRO, *A questão geopolítica da Amazônia*, p. 134.

## A disputa pelo Amapá no período republicano

A crise final foi desencadeada pela descoberta de ouro no rio Calçoene em 1893, o que atraiu à região milhares de garimpeiros, muitos deles brasileiros. Rapidamente surgiram disputas e o clima ficou cada vez mais tenso. O delegado francês em Calçoene, Eugène Voissien, estabeleceu altos impostos e tentou proibir o acesso dos brasileiros às minas. Em dezembro de 1894, os brasileiros se revoltaram, depuseram a administração francesa e formaram um triunvirato para governar o Amapá, liderado por Francisco Xavier de Veiga Cabral. Os revoltosos organizaram o governo e criaram sua legislação baseada na Constituição do Pará<sup>24</sup>. A reação francesa foi violenta e resultou num conflito armado entre forças irregulares brasileiras e tropas francesas apoiadas por uma canhoneira, conforme descrito por Granger:

[...] Os tumultos e brigas étnicas (crioulos franceses e, às vezes, índios contra brasileiros) chegaram ao ponto máximo com a prisão por uma milícia brasileira, em maio de 1895, do responsável francês de Calçoene, Trajano Bentes, um ex-escravo brasileiro fugido do Pará e que se tinha posto a serviço dos franceses. Essa milícia, dirigido por Francisco Xavier da Veiga Cabral, levou Trajano, acusado de ter rasgado a bandeira brasileira, até a aldeia majoritariamente brasileira de Mapá para julgá-lo por traição. Aparentemente por uma iniciativa própria, o governador da Guiana Francesa, Charvein, julgando a França assim ofendida, mandou um destacamento militar para soltá-lo, enquanto não tinha competência para interferir no Território Contestado: este era da competência do Ministério dos Assuntos Exteriores e não da Marinha e das Colônias, autoridade de tutela do governador. Trajano foi solto pelos soldados franceses, mas a operação tirou a vida de sete deles, inclusive o comandante do destacamento, o capitão Lunier, enquanto cerca de quarenta moradores da aldeia foram mortos pelos franceses em retaliação (tese brasileira), ou em combate decorrente de uma emboscada (tese francesa).<sup>25</sup>

O incidente gerou considerável escândalo internacional e levou as duas nações a tentarem um acordo diplomático definitivo para encerrar a questão, submetendo a pendência de limites à arbitragem do Presidente da Confederação Suíça. A defesa dos interesses brasileiros foi entregue ao Barão do Rio Branco, que elaborou um amplo e detalhado relatório fundamentando claramente o direito do Brasil e negando qualquer pretensão francesa sobre a região, conforme resumido a seguir:

[...] A “Exposição diplomática” parte destas falsas premissas: que a França, antes do Tratado de Utrecht, estava de posse da parte setentrional da bacia do Amazonas, e que essa bacia era uma simples dependência da ilha de Caiena. E conclui que a França cedeu a Portugal apenas a margem setentrional do Amazonas: a margem propriamente dita, “uma faixa estreita de território” ao longo do rio. [...] A França não pôde conservar na parte norte da bacia do Amazonas o que não lhe pertencia, o que ela não possuía ali no momento da assinatura do Tratado, e

24 SARNEY; COSTA, *Amapá*, p. 141–148.

25 GRANGER, *O contestado Franco-Brasileiro*, p. 24–25.

nunca tinha possuído anteriormente. Ela renunciou em 1713 a todas as suas pretensões sobre os domínios do rei de Portugal, e o compromisso assumido de não pretender nenhuma “avenida” sobre o Amazonas torna inadmissível a doutrina da “faixa estreita”, como torna inaceitáveis suas pretensões ao limite do Araguari e ao curso superior dos outros afluentes do Amazonas, que nem a Holanda, nem a Inglaterra, possuindo no litoral norte colônias mais importantes do que a Guiana francesa, jamais sonharam em disputar com o Brasil. [...]

Os estabelecimentos franceses no litoral da Guiana, *sempre a norte do Oiapoque*, nunca se estenderam para o sul, além de uma estreita zona ao longo da orla do mar. Há vários juristas para os quais a ocupação de um litoral e do curso inferior dos rios que ele compreende dá ao Estado ocupante um título sobre todas as terras das bacias costeiras; não há um só deles que admita que a ocupação de um litoral possa dar um título que ultrapasse a linha da divisão das águas onde esses rios têm suas nascentes. Nunca se levou tão longe o “direito de continuidade”, “the Right of contiguity” dos juristas ingleses. [...]

Salvo alguns dos mais ardentes partidários da política de expansão colonial a qualquer preço, ninguém, na França, já o dissemos, considera como tendo algum fundamento a linha interior pela qual os colonos de Caiena pretendem adquirir as terras brasileiras da bacia do Amazonas e ao mesmo tempo rodear pelo sul as possessões da Holanda e da Inglaterra. [...]<sup>26</sup>

A vitória brasileira consagrou definitivamente o Barão do Rio Branco como grande negociador, conforme descrito por Goes Filho:

[...] O território atribuído ao Brasil era muito próximo das nossas pretensões máximas e muito distante das da França (que reivindicava, diferentemente do que mostram alguns mapas da questão, um território que ultrapassava a região do rio Trombetas). A Questão do Amapá envolvia uma área de 500 mil km<sup>2</sup>, isto é, mais de três vezes maior do que o atual estado do Amapá, que tem 140 mil km<sup>2</sup>.

[...] Com a segunda vitória, Rio Branco via-se, agora, confirmado em sua posição de herói nacional. O “Colosso de Rodes”, na expressão amical e brincalhona de Nabuco: um pé em Palmas, outro no Amapá...<sup>27</sup>

Pouco depois, Rio Branco seria nomeado Ministro das Relações Exteriores e iniciaria uma década de sucessivos acordos de fronteiras, alguns particularmente delicados, como a Questão do Acre, com choques militares entre bolivianos e brasileiros<sup>28</sup>. Uma vez que Rio Branco utilizou estratégias semelhantes nas demais negociações, pode-se dizer que a solução da Questão do Amapá serviu como modelo para resolver as outras disputas fronteiriças ainda existentes no Brasil.

---

26 RIO BRANCO, *Questões de limites: Guiana Francesa*, p. 370–373.

27 GOES FILHO, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, p. 322.

28 GARBINO, Henrique S. T., *De Ayacucho a Petrópolis: A interdependência entre diplomacia e ação militar durante a Questão do Acre*, Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar), Unisul, Palhoça, SC, 2016.

## Considerações finais

Na longa história da disputa pelo Amapá, pode-se observar que foram utilizados tanto o poder militar quanto a diplomacia. A construção de fortalezas ao longo dos rios amazônicos, a reação portuguesa à invasão de De Férolles em 1697, a conquista de Caiena por Marques e Yeo em 1809, o estabelecimento da colônia militar Dom Pedro II em 1840 e a resistência de Veiga Cabral aos invasores franceses em 1895 são exemplos importantes do uso do poder militar na garantia dos direitos luso-brasileiros na região. Por outro lado, buscou-se sempre solucionar a Questão do Amapá através de negociações diplomáticas, pautando-se no princípio do *uti possidetis*, através da assinatura de diversos tratados e, por fim, recorrendo à arbitragem internacional em 1900. A posse do Amapá foi garantida através da combinação do poder militar e da diplomacia, construída durante três séculos, e também utilizada com sucesso nas últimas disputas de fronteiras brasileiras.

É importante ressaltar que a via diplomática sempre foi a forma preferida pelos governos luso-brasileiros para resolver as pendências fronteiriças na Amazônia. Mesmo a conquista de Caiena em 1809 foi executada com a intenção de reforçar futuras negociações. No entanto, qualquer tentativa diplomática seria provavelmente frustrada ou, no mínimo, muito mais difícil, sem a possibilidade de recorrer ao poder militar, em caso de necessidade, para defender os direitos brasileiros.

Apesar de transcorridos quase 120 anos da decisão arbitral suíça, é interessante notar que regularmente o governo francês se manifesta sobre a Amazônia, ocasionalmente atacando políticas brasileiras para a região ou até mesmo questionando de forma indireta a posse do Amapá. Alguns exemplos são a atuação do Presidente François Mitterrand na tentativa de estabelecer o controle internacional da Amazônia na cúpula de Haia em 1989<sup>29</sup>, e a recente polêmica sobre os incêndios na região amazônica envolvendo os Presidentes Emmanuel Macron e Jair Bolsonaro<sup>30, 31, 32, 33</sup>. Além da evidente questão histórica, a posição francesa é explicável pelo interesse geopolítico dos países desenvolvidos no grande potencial da Amazônia.

É inegável a importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo. Possuidora de grandes recursos hídricos, riquezas minerais, produtos vegetais e biodiversidade, além de ser um espaço geográfico esparsamente povoado, a região amazônica tem sido frequentemente alvo de tentativas de interferência na soberania brasileira, seja através do controle internacional amazônico, seja através de propostas de exploração ou desenvolvimento local patrocinado por outras nações. Como alerta Ribeiro:

29 RIBEIRO, *A questão geopolítica da Amazônia*, p. 339–340.

30 AGÊNCIA BRASIL, *Países da América do Sul se mobilizam contra incêndios florestais*, Agência Brasil, disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/paises-da-america-do-sul-se-mobilizam-contraincendios-florestais>>, acesso em: 29 set. 2019.

31 EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, *Declaração do Presidente francês Emmanuel Macron à imprensa no G7*, La France au Brésil, disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Declaracao-do-Presidente-frances-Emmanuel-Macron-a-imprensa-no-G7>>, acesso em: 2 nov. 2019.

32 EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, *Conferência relativa à proteção da Amazônia na ONU*, La France au Brésil, disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Conferencia-relativa-a-protecao-da-Amazonia-na-ONU>>, acesso em: 2 nov. 2019.

33 AGÊNCIA BRASIL, *Em discurso na ONU, Bolsonaro destaca riqueza da Amazônia*, Agência Brasil, disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/em-discurso-na-onu-bolsonaro-destaca-riqueza-da-amazonia>>, acesso em: 29 set. 2019.

[...] É fundamental que o povo brasileiro tenha consciência de que, nas últimas décadas do século passado, houve a mundialização da questão ambiental, que passou a ser incluída na pauta das decisões e de toda a política de cooperação internacional articulada e coordenada pela ONU. E, principalmente, que, no centro dessa mundialização, está a questão ambiental amazônica que se tornou uma grave questão geopolítica internacional, seja quando se afirma que a floresta amazônica é um sumidouro de gases tóxicos que provocam o efeito estufa e, em consequência, o aquecimento do Planeta; seja pela aceleração da devastação ambiental que a Região vem sofrendo nas últimas décadas. Tudo isso tem servido de pretexto para que lideranças políticas e científicas dos países desenvolvidos e, inclusive da própria ONU, afirmem ostensivamente que a Amazônia é um patrimônio da humanidade e, assim, se buscam, incessantemente, fórmulas, explícitas ou implícitas, para restringir a soberania do Brasil sobre a Região. Esse problema tem que ser enfrentado com sabedoria e habilidade, no sentido de dissuadir quaisquer agressões à soberania nacional.<sup>34</sup>

Para enfrentar essas possíveis agressões, é importante que a região amazônica seja efetivamente integrada ao restante do Brasil. É fundamental afirmar a soberania brasileira sobre a Amazônia, ampliando a presença do Estado, aceitando as críticas, quando construtivas, e apoiando o desenvolvimento da região, resguardadas as características locais e os interesses dos seus cidadãos.

O Amapá de hoje ainda é uma região com baixo desenvolvimento econômico e social. O estado tem problemas típicos de uma região de fronteira – contrabando, tráfico de drogas, imigração ilegal – além de conflitos entre garimpeiros, madeireiros e indígenas. Nos últimos anos, várias medidas têm sido tomadas para incentivar o desenvolvimento da região, entre os quais pode-se destacar a inauguração da ponte ligando o Amapá à Guiana Francesa e o recente anúncio de projeto estratégico para interligação rodoviária do estado ao restante do Brasil<sup>35</sup>.

O poder militar e a diplomacia conquistaram o Amapá para o Brasil. Cabe agora ao Estado brasileiro, com a participação de toda a sociedade civil, planejar e executar as ações de desenvolvimento no Amapá e na Amazônia para que nossos conterrâneos da região Norte possam ser cidadãos brasileiros em sua plenitude.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Em discurso na ONU, Bolsonaro destaca riqueza da Amazônia.** Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/em-discurso-na-onu-bolsonaro-destaca-riqueza-da-amazonia>>. Acesso em: 29 set. 2019.

---

34 RIBEIRO, Néson F., *A questão geopolítica da Amazônia*.

35 DIÁRIO DO AMAPÁ, *Mourão anuncia projeto que integraria o Amapá ao país, afastando possível ameaça francesa*, Diário do Amapá, disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/mourao-anuncia-projeto-que-integraria-o-amapa-ao-pais-afastando-possivel-ameaca-francesa/>>, acesso em: 9 nov. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Países da América do Sul se mobilizam contra incêndios florestais.** Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-08/paises-da-america-do-sul-se-mobilizam-contraincendios-florestais>>. Acesso em: 29 set. 2019.

BENTO, Cláudio M. **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (História Militar Terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)**. 2. ed. Barra Mansa (RJ): [s.n.], 2017. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/NovoLivroAmazonia2aediçãoweb.pdf>

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Mourão anuncia projeto que integraria o Amapá ao país, afastando possível ameaça francesa.** Diário do Amapá. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/mourao-anuncia-projeto-que-integraria-o-amapa-ao-pais-afastando-possivel-ameaca-francesa/>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. **Conferência relativa à proteção da Amazônia na ONU.** La France au Brésil. Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Conferencia-relativa-a-protecao-da-Amazonia-na-ONU>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. **Declaração do Presidente francês Emmanuel Macron à imprensa no G7.** La France au Brésil. Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/Declaraçao-do-Presidente-frances-Emmanuel-Macron-a-imprensa-no-G7>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

GARBINO, Henrique S. T. **De Ayacucho a Petrópolis: A interdependência entre diplomacia e ação militar durante a Questão do Acre.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar), Unisul, Palhoça, SC, 2016. Disponível em: <<http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/3655>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

GOES FILHO, Synesio S. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil.** Edição revista e ampliada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira (Instituto de História da UFF)**, n. 17, p. 21–39, 2012.

GROTIUS, Hugo. **The Rights of War and Peace.** Trad. A. C. Campbell. New York: M. Walter Dunne, 1901. (Project Gutenberg Ebooks, 46564). Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/46564/46564-h/46564-h.htm>>. Acesso em: 29 set. 2019.

MARIZ, Vasco. Os franceses no Maranhão: O fiasco da França Equinocial. *In: Depois da glória.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 97–113.

REZENDE, Tadeu V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.** Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Nélson F. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005. (Edições do Senado Federal, 64). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1112/000746688.pdf>>.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. **Questões de limites: Guiana Francesa**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Edições do Senado Federal, 97).

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1999. (Coleção Brasil 500 anos). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1034/0559819.pdf>>.

SEABRA, Miguel P. C. S. **O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada**. Trabalho de Investigação Final (Curso de Estado-Maior Conjunto), Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10023/1/MAJ%20Saldanha%20Seabra.pdf>>.

SOUBLIN, Jean. **Caiena 1809**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. (Coleção General Benício, 410).

VARGAS, Fábio A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

# Um olhar histórico sobre o conflito russo-checheno

João Lucas de Almeida Mello<sup>1</sup>

Paulo Edson Alves Filho<sup>2</sup>

## Resumo

O Cáucaso é uma região conhecida, sobretudo, pelas ricas reservas de petróleo que norteiam a economia local. Como ônus, é um espaço conflituoso e palco de disputas geopolíticas. Um dos embates mais consistentes segue sendo protagonizado entre russos e chechenos, com pequenos intervalos de paz desde o século XVIII. Este artigo procura descrever, sob uma perspectiva histórica, as contradições entre a Federação Russa e a República da Chechênia, que tornam o Cáucaso uma zona onde a paz não é duradoura.

**Palavras-chave:** Chechênia. Federação Russa. Guerra.

## Abstract

The Caucasus is a region known, above all, for the rich oil reserves that guide the local economy. As a burden, it is a conflictive space and the stage for geopolitical disputes. One of the most consistent clashes continues to be played out between Russians and Chechens, with small intervals of peace since the 18th century. This article seeks to describe, from a historical perspective, how contradictions between the Russian Federation and the Republic of Chechnya make the Caucasus an area where peace is not long lasting.

**Keywords:** Chechnya. Russian Federation. War.

## Introdução

O presente artigo trata dos conflitos na república autônoma da Chechênia, que ocorreram a partir do final de 1994 e se estenderam até meados da primeira década do século XXI entre aquele

---

1 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Sorocaba.

2 Professor Titular da Universidade de Sorocaba e Doutor em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade de São Paulo. É autor do livro "Crônicas do Cáucaso: as guerras da Chechênia".



povo caucasiano. Com exceção das obras “*Crônicas do Cáucaso: as guerras da Chechênia*” (EDSON, 2012) e “*Crianças de Grozni: um retrato dos órfãos da Tchetchênia*” (SEIERSTAD, 2008), são raros os títulos em língua portuguesa sobre os acontecimentos recentes na Rússia caucasiana.

A descrição dos eventos lá ocorrido nos obriga a retornarmos ao século XVIII, contexto em que o Império Russo expandia suas fronteiras aos quatro pontos cardeais da terra. A região do Cáucaso foi de vital importância estratégica para Petrogrado, então capital imperial, uma vez que simbolizava um ponto de ligação, influência e comércio com o Oriente Médio.

Ao longo do tempo, no entanto, a luta entre os dois povos ganhou consistência, incorporando não somente o fator de consciência nacional, como também a religião islâmica – que desempenhou papel essencial na resistência. Com o fim do Império Russo, a União Soviética sob Stálin não conseguiu reverter as históricas complexidades de integrar e assimilar o povo checheno na sua sociedade. A consequência disso foi a Operação Lentil, de 1944, que resultou na deportação e morte de um quarto da população chechena.

Desde a chegada do general Yermolov às planícies caucasianas do norte, no século XIX, foram muito poucos os períodos nos quais os Vainahks (ancestrais dos chechenos e inguchétios) puderam desfrutar da paz, da terra e do meio de vida que lhes pertenciam anteriormente. Czares e bolcheviques avançaram sobre as terras dos nativos e caíam em emboscadas, geralmente comandadas por líderes militares islâmicos.

A dissolução das quinze repúblicas, em 1991, que compunham a União Soviética, entreabriu uma nova oportunidade para o povo checheno conquistar sua independência política. A exemplo de outras quinze repúblicas soviéticas, a Chechênia proclamou seu desligamento da Rússia durante o esfacelamento da União Soviética.

Entretanto, como a antiga Constituição Socialista somente oferecia esse direito às repúblicas da União (como, por exemplo, a Ucrânia), a Chechênia - por ser uma república autônoma - não teve sua reivindicação atendida por Moscou. Um novo tratado, que entraria em vigor em agosto de 1991, previa que todas as repúblicas da União teriam os mesmos direitos. Contudo, com a dissolução da União Soviética naquele ano, o anseio daquela república caucasiana não foi atendido.

Os chechenos, liderados pelo ex-general soviético Dzhokhar Dudayev, proclamaram unilateralmente sua independência, depondo o líder comunista da república autônoma inguche-chechena, Doku Zavgayev, em setembro de 1991. Todavia, o Kremlin não aceitou passivamente o desligamento do território checheno da Federação Russa e aplicou uma série de pressões e intimidações que resultaram na Primeira Guerra da Chechênia.

## Navegando pela história

O Império Russo foi oficialmente proclamado pelo czar Pedro, o Grande, em 1721, por êxito do Tratado de Nystad, que assinalou o fim da Guerra do Norte entre russos e suecos. Os efeitos desse tratado foram impactantes, afinal Moscou recepcionou da Suécia os territórios da Carélia, Íngria, Livônia e Estônia.

Deste modo, o Império Russo fixou uma posição de poder e influência geoestratégica na região do Mar Báltico, prosseguindo com a política de expansão territorial materializada sob o czar Ivan, o Terrível, quando conquistou o Canato de Kazan. Por estar em uma dimensão privilegiada - contando com o acesso às novas armas, técnicas e tecnologias da Europa - o Império Russo empregou essa vantagem, entabulando uma série de vitórias e conquistas bélicas contra povos desprovidos de desenvolvimento militar e partidários de técnicas de guerra já consideradas antiquadas.

Analisando o caráter internacional russo, Henry Kissinger, ex-diplomata estadunidense, em seu livro *Ordem Mundial*, deu zelo a uma frase proferida por Catarina, a Grande, que revela a característica histórica e linear, seja do Império Russo, da União Soviética ou da Federação Russa, em reprimir violentamente grupos étnicos, acusando-os, para cada circunstância específica, de infiéis, nacionalistas burgueses ou terroristas: “A extensão de domínios exige que um poder absoluto seja concedido à pessoa que o governa [...] qualquer outra forma de governo não seria apenas prejudicial à Rússia, como seria até mesmo a causa da sua completa ruína” (KISSINGER, p. 62).

As principais tribos caucasianas são os avars, dagestanis, chechenos, ossetas, inguches e circassianos. Na região, mais de cinquenta povos possuíam um modo de organização social comum. A Guerra do Cáucaso ocorreu entre 1817 até 1864. Neste período, o Império Russo intentou uma política bélica de conquista e submissão dos povos das montanhas. O sul do Cáucaso e o sul do Daguestão faziam parte do Império Persa.

Entre 1813 e 1828, pelos Tratados de Turkmenchay e Gulistan, o xá da Pérsia foi obrigado a ceder a parte meridional do Cáucaso e o Daguestão ao Império Russo. Em virtude do fato dos Estados buscarem a maximização do poder, os russos continuaram a conquistar territórios, desta vez a parte ocidental da atual Geórgia, em parte já anexada em 1801.

O norte do Cáucaso, no entanto, foi palco de uma sólida resistência ao domínio russo. Ao oeste, tribos circassianas não se uniram diante da invasão russa. Mas ao leste, as tribos chechenas, avars e daguestanis, formaram o Imamato Caucásico, de natureza teocrática. Estabelecido por Ghazi Muhammed, em 1829, seus seguidores convocaram as tribos muçulmanas a fazer o *gazhawat*, isto é, a guerra santa contra os invasores. A resistência nas montanhas gerou desgaste e enormes perdas humanas e financeiras para o Império Russo.

Em 1859, enfrentando conflitos internos com outros senhores tribais que enfraqueciam a resistência caucasiana, o líder religioso do Imamato, Shamil, rendeu-se voluntariamente às tropas imperiais. O imortalizado avar Hadji Murat, que combateu o Império Russo nas montanhas do Cáucaso, concordou em se aliar aos antigos inimigos para vingar-se de Shamil.

Aproveitando-se das disputas internas e concluindo alianças, a submissão dos povos caucasianos teve a colaboração de influentes chefes tribais. Terminada a Campanha do Cáucaso, em 1864, três quartos dos circassianos pereceram vítimas de perseguição étnica, migração forçada e assassinato.

## União Soviética e o povo checheno

Por consequência da Revolução Bolchevique houve o início da guerra civil russa travada entre o Exército Branco e o Exército Vermelho. O domínio das regiões do Cáucaso caiu em mãos distintas no desenrolar do conflito, mas terminou sob o jugo dos vitoriosos bolcheviques que estabeleceram acordos com as autoridades religiosas e com os anciãos. Tentando dissuadir possíveis revoltas, os dirigentes soviéticos passaram a tolerar certos princípios da *sharia*, conjunto de leis religiosas de todo fiel muçulmano.

Entretanto, com a “radicalização” promovida por Stálin a partir de 1925, mesquitas e escolas confessionais foram fechadas por representarem uma potencial ameaça e rivalidade ao governo. A língua chechena foi virtualmente substituída pelo russo enquanto ferramenta de “russificação”, ou seja, assimilação cultural do povo checheno através da língua. Diante da assimetria de valores, sejam religiosos ou não, com o regime soviético, os chechenos, assim como os ucranianos, rejeitaram a política de coletivização forçada promovida por Stálin. Tal resistência foi descrita pelas autoridades soviéticas como “o problema checheno”.

Inspirado na eloquente resistência finlandesa durante a Guerra de Inverno contra a União Soviética, Khasan Israilov, um ex-comunista checheno, se rebelou contra as autoridades soviéticas em 1940, antes do início da Operação Barbarossa. Reconhecendo a discrepância material e bélica do inimigo, a estratégia adotada por ele era semelhante àquela empregada pelos seus antepassados na luta contra o Império Russo: a guerra de guerrilhas nas montanhas. Sua luta, que poderia ser testificada literalmente como uma guerra de libertação nacional, reclamava da opressão sofrida pelo seu povo, assim como a perseguição contra os camponeses e as autoridades religiosas.

A sociedade chechena, tradicionalmente religiosa e patriarcal, resistia à política linguística, econômica e anti-islâmica de Moscou. Embora a historiografia soviética e russa moderna descrevam uma aparente colaboração militar entre chechenos e alemães, alguns historiadores descartam como falso ou altamente questionável.

A justificativa soviética mostra-se superficial ao colidir com o fato dos nazistas não conseguirem ocupar Grozny, então principal cidade e com maior concentração de chechenos. Lavrentiy Beria, homem forte do regime soviético e chefe da NVKD (*Narodniy komissariat vnutrennikh del* ou Comissariado dos Povos para Assuntos Internos), teria advertido Stálin da incapacidade chechena em se adaptar ao sistema soviético, sugerindo a deportação como método de solucionar o chamado “problema checheno” e demover possíveis rebeliões nas repúblicas soviéticas da Ásia com forte influência maometana.

Conforme a percepção do antropólogo russo, Valeriy Tishkov, “nenhum historiador oferece uma resposta plausível ao porquê do regime stalinista ter adotado esta política brutal. Para a máquina totalitária stalinista, a deportação foi simplesmente um episódio a mais entre tantos outros crimes” (TISHKOV, p. 25).

A deportação de chechenos teve início sob ordens de Beria em 23 de fevereiro de 1944. Por volta de 500.000 chechenos e inguches foram deportados majoritariamente para o Cazaquistão. As mortes causadas pela deportação equivalem a um quarto dos deportados. Dzhokhar Dudayev, primeiro presidente da proclamada República Chechena, foi vítima dessa política orquestrada pelo Kremlin. À época era recém-nascido e conseguiu sobreviver diante das duras dificuldades do frio, da fome e das doenças.

Estima-se que cerca de 40% a 50% dos deportados eram crianças. Com a morte de Stálin, em 1953, e a vitoriosa ascensão de Nikita Khrushchev, a política de exílio permanente dos chechenos foi questionada e revisada.

Os chechenos e inguches, assim como as outras vítimas do que se qualificava como stalinismo, foram reabilitadas segundo parte do processo de desestalinização da sociedade soviética, medida esta compreendida como um estratagema de Khrushchev para assegurar o poder e afastar os quadros mais influentes da *nomenklatura* soviética. Em 1956, a URSS adotou um decreto suspendendo as restrições aos deportados. A partir de 1957 muitas famílias já tinham regressado ao Cáucaso.

## A Primeira Guerra da Chechênia

No final de 1988 foi fundado o movimento político FPCIAP – Frente Popular Checheno-Inguche de apoio à perestroika e à glasnost lançada por Mikhail Gorbachev, que patrocinava uma maior liberdade de expressão e um novo rumo econômico para a União Soviética. Por meio dessa política favorável ao direito de liberdade de expressão, contrapondo décadas de censura da ortodoxia marxista, muitos movimentos políticos independentistas e nacionalistas começaram a surgir nas quinze repúblicas soviéticas.

A FPCIAP buscava meios de valorização e resgate da cultura chechena e uma convincente reparação e pedido de desculpa por parte do Kremlin pela deportação de 1944. A liberdade da prá-

tica religiosa também foi uma causa advogada pelo movimento, já que asfixiava o desenvolvimento espiritual de todo homem checheno. Grande parte dos jovens chechenos não eram crentes regulares e haviam sido “sovietizados”, desapegados do “ópio do povo”, tal como definido por Karl Marx. Os mais velhos, por essência e história, eram os guardiões da cultura e da tradição chechena. Havia certa solidariedade e semelhança entre os movimentos pró-independência de todas as repúblicas soviéticas: boa parte deles se opunham ao Kremlin e eram ardentes anticomunistas.

Motivados pelo resgate nacionalista da história, esses movimentos viam a Rússia como um agente colonizador e responsável por políticas de assimilação cultural que resultaram em mortes, perda de identidade e “genocídios histórico-culturais”. Membros mais entusiasmados pela independência chechena fundaram o CNPC: Congresso Nacional do Povo Checheno. Entre os membros mais notáveis estavam Dzhokhar Dudayev, um general do Exército Soviético, e Zelimkhan Yandarbiyev, conhecido pelo estilo e senso artístico.

Em setembro de 1991, militantes do CNPC intentaram em proclamar a independência chechena. Dzhokhar Dudayev ganhou rapidamente apoio da população, seja pelas suas ideias ou pelo seu carisma. Era, pois, ele o presidente da República Chechena da Ichkeria. Em novembro de 1991, Boris Yéltsin, alertado sobre a possibilidade da Rússia perder uma grandiosa posição geopolítica no Cáucaso, decidiu enviar tropas para Grozny. Não contava, todavia, que a operação seria um fiasco.

A República Soviética Autônoma da Chechênia e Ingushetia se dissolveu em junho de 1992. A Ingushetia optou em se juntar à Federação Russa enquanto a Chechênia reiterou o pleno compromisso com a emancipação política de Moscou. A pressão exercida por Moscou sobre Grozny se intensificava cotidianamente.

Depois de encenar uma tentativa de golpe de Estado, em dezembro de 1993, a oposição chechena se organizou no Conselho Provisório da República como um possível governo alternativo para a Chechênia, solicitando assistência financeira e bélica de Moscou.

Em agosto de 1994, a coalizão de facções de oposição sediadas no norte da Chechênia lançou uma campanha armada para remover o governo de Dzhokhar Dudayev. Yeltsin forneceu, clandestinamente, equipamento militar e mercenários aos opositores apoio financeiro e, em 29 de novembro, deu um ultimato a todas as facções na Chechênia, ordenando-lhes que se rendessem. Pela recusa de Dudayev, Yeltsin ordenou que o exército russo “restaurasse a ordem constitucional e preservasse o espaço territorial russo” à força.

As negociações entre Moscou e Grozny gradativamente se deterioravam: os constantes ultrajes proferidos por Dudayev a Yeltsin minavam as oportunidades de uma solução pacífica ao impasse político e abriam caminho para um desfecho catastrófico. Como fator complicador, havia a própria

inabilidade de diplomacia do presidente russo. No final de 1994 ocorreu a desastrosa e trágica invasão da Chechênia, que, segundo Yeltsin, seria “uma pequena guerra vitoriosa”. O presidente russo previa que em duas horas Dudayev fosse cercado no Palácio Presidencial em Grozny, deposto e a ordem constitucional restaurada na Chechênia. Contudo, a forte resistência das milícias e de segmentos da população armados fez com que os combates se estendessem por meses, ceifando a vida de milhares de inocentes.

Em 1 de dezembro, as forças russas bombardearam maciçamente Grozny. O termo “*rushismo*” (русь + фашизм), popularizado nessa conjuntura, é uma mistura da palavra Rússia com fascismo. Dudayev definia como uma ideologia estatal do Kremlin, cujo propósito era a anexação e ocupação de territórios fronteiriços (os exemplos mais recentes na Geórgia e na Ucrânia corroboram com essa afirmativa). Resumidamente, a única vitória convincente de Moscou durante a guerra foi o assassinato de Dzhokhar Dudayev em abril de 1996.

Mas, em termos gerais, não houve maximização dos ganhos, somado à volumosa estatística de perdas militares russas. O resultado em termos políticos e militares foi catastrófico para a Rússia. A Chechênia conseguiu garantir a retirada das tropas russas ao final de 1996. Nesse íterim houve o Acordo de Khasavyurt que previu a debandada de todas as forças administrativas e militares e o retorno ao status quo de 1991. Em suma, a Chechênia tinha em mãos a independência *de facto*, porém não *de jure*.

Em janeiro de 1997, a Rússia reconheceu o governo de Aslan Maskhadov enquanto parte do processo de paz. O tratado assinado, em março de 1997, estipulava a recusa do uso da força como meio de resolver as questões pendentes, bem como abria precedente para a construção de relações bilaterais amistosas, inspiradas nas normas reconhecidas pela comunidade internacional. Na avaliação do presidente russo, o acordo de paz deu um basta às deficiências históricas entre chechenos e russos. Para um observador cético, a paz foi uma manobra temporária a fim de reunir capacidade e recursos para uma eminente incursão militar.

Até 2001, conforme previa o Acordo de Khasavyurt, as relações entre Moscou e Grozny deveriam ser normalizadas. A questão da independência chechena ficou, portanto, em um impasse. Inicialmente a luta independentista agregava princípios laicos, mas com o tempo passou a ter forte inclinação religiosa e radical, fomentada por voluntários, sobretudo árabes, que se juntaram ao que consideravam como uma guerra santa.

## A Segunda Guerra da Chechênia

A Chechênia é um país influenciado historicamente pelo sufismo, uma ordem mística do islamismo que propõe uma conexão direta com Deus através do ascetismo, de orações e de um período dedicado ao jejum. Por ser um território islâmico, muitos voluntários estrangeiros decidiram lutar

pela causa chechena acreditando na *ummah* (união de todos os muçulmanos, independente da etnia, condição social ou a facção maometana professada).

Entre esses voluntários estavam árabes que tinham uma visão menos tolerante e mais literal do islamismo. Amir ibn Khattab, um saudita veterano da guerra do Afeganistão e que já tinha participado das guerras da Bósnia e do Tadjiquistão, ao lado de radicais islâmicos, professava o *wahhabismo*, uma vertente alienígena do islamismo, desconhecida por grande parte dos chechenos, que propunha, entre outras medidas, a purificação da religião de Maomé, tal como a morte dos chamados infiéis (*kafirs*) através da *jihād*. Khattab, que contava com um generoso apoio financeiro do grupo terrorista Al Qaeda e de organizações filantrópicas islâmicas, foi o principal disseminador dessa prática religiosa na Chechênia.

Apesar do sufismo ser a tradição histórica chechena, o wahhabismo conseguiu angariar estima de uma pequena, porém influente minoria social. Entre os adeptos estavam Shamil Basayev, notável pelo ataque no hospital de Budyonnovsk em 1995, e Zemlikhan Yanderbiyev.

Aslan Maskhadov, um ex-coronel soviético eleito presidente após o assassinato de Dzhokhar Dudayev, não compartilhava das visões fundamentalistas de Khattab e Basayev. Houve tentativas de assassinato contra o presidente checheno, contudo fracassadas. Presumidamente, sua política contrária em transformar a Chechênia em uma república islâmica e de estar aberto ao diálogo diplomático com Moscou, causou inquietação na “ala wahhabista”.

Em agosto de 1999, as forças de Shamil Basayev e Amir Khattab invadiram a República do Daguestão, o que representou uma grave ruptura do tratado de 1997. O objetivo dos fundamentalistas era a criação de um Emirado Islâmico na região do Cáucaso, incorporando territórios predominantemente muçulmanos, e uma saída para o mar Cáspio possibilitando o escoamento da produção petrolífera chechena.

A invasão, que não contou com o aval nem o respaldo de Maskhadov, deixou vulnerável a sociedade chechena por colocar em risco a frágil estabilidade política e social. Em setembro, ataques terroristas atingiram apartamentos em Moscou, causando a morte de trezentas pessoas e ferindo mais de mil.

A Rússia, então com o novo primeiro-ministro, Vladimir Putin, reagiu prontamente às investidas dando início ao bombardeio de Grozny. Contudo, o ex-agente e desertor da FSB, Aleksandr Litvinenko, considerou o ato como falsa bandeira, para justificar, perante a opinião pública e internacional, a guerra que se seguiria contra os chechenos e consolidar o poder e popularidade de Putin às vésperas da eleição presidencial de 2000. O desfecho, diferente de 1996, refletiu em vitória russa em maio de 2000, instaurando um governo pró-russo em Grozny sob a tutela de Akhmat Kadyrov.

A independência da Chechênia, que deveria ser oficializada no ano de 2001, fora rejeitada por Moscou. Mais uma vez, os civis foram duramente afetados pelos combates entre milicianos islâmicos

e o Exército russo. Em 2002, estimava-se que a cifra de vítimas fatais ultrapassava a casa dos cem mil. A socióloga Emma Gilligan (2010) observa que “os russos adotaram para si uma estratégia de mínimo risco, enquanto para a população era de máximo risco”.

Após a segunda grande investida russa, no início do milênio, Maskhadov foi empurrado à atividade guerrilheira nas ruas e ruínas de Grozny e, posteriormente, refugiou-se nas montanhas do Cáucaso. Putin indicou um ex-subordinado de Maskhadov e traidor do movimento insurgente, Akhmad Kadyrov, como presidente da república. Kadyrov dizia não concordar com o movimento wahhabista (ordem extremista muçulmana) que ganhava força entre os guerrilheiros chechenos.

O governo de Akhmad Kadyrov durou poucos meses. Em 9 de maio de 2004, o líder foi assassinado durante uma celebração cívica em Grozny.

## A Chechênia do século XXI

Anomia, termo cunhado pelo filósofo francês Jean-Marie Guyau e popularizado por Emilé Durkheim em seu trabalho “O Suicídio” (1897), faz referência à inexistência de metas ou ao esfacelamento da identidade individual e grupal em uma sociedade que sofre transformações intensas. Com a destruição de valores tradicionais, um vácuo se instaura e a participação dos indivíduos não é nem consciente, nem marcada pela sua identidade nos processos sociais.

A situação extremamente mutante da Chechênia ao longo dos últimos anos reflete exatamente esse pressuposto de Guyau. Boa parte de sua sociedade foi desprovida de elementos básicos das sociedades modernas, tais como moradia e infraestrutura urbana, e de valores subjetivos capitais, como o senso de civilidade e equilíbrio emocional.

A escritora finlandesa Asne Seierstad, autora do livro “*The Angel of Grozny*” (2008) acompanhou o cotidiano checheno e elaborou uma detalhada descrição daquela sociedade e nação desmodernizadas. No período em que esteve lá, observou que a capital se assemelhava a “um cenário de filme”, no qual os prédios das principais avenidas tinham fachadas novíssimas, mas escondiam interiores ociosos, sem luz, sem água ou calefação. Segundo a autora, bastava circundá-los para notar que toda a vizinhança era formada por ruínas e destroços e seus habitantes, na maioria desempregados, conviviam cotidianamente com o medo e a violência.

Esse conjunto paradoxal descrito pela autora está intimamente ligado a um ‘estilhaçamento da modernidade’ – para usarmos a expressão do sociólogo Alain Touraine. Em última instância, ele remete a uma transformação radical dos elos e instituições sociais e assim mina a capacidade de uma comunidade em se auto-organizar. O antropólogo russo Valery Tishkov atribui a esse estilhaçamento da modernidade o fato de a sociedade chechena falhar em acompanhar as transformações.<sup>3</sup>

---

3 Tishkov, 2004: 14.



Durante as ofensivas bélicas ocorreu um êxodo em massa de pessoas capazes de implementar uma agenda moderna para as estruturas econômica, política, administrativa, educativa e social do país, que foi deixado nas mãos de pessoas incapacitadas. Ainda segundo Tishkov, o país só não mergulhou no caos completo, porque a sociedade conseguiu precariamente preservar as células básicas da família e de pequenos grupos autônomos, altamente afetados pelas mortes, pelas separações, pelas mutilações, pela perda de bens e por um estado psicológico coletivo extremamente distorcido, decorrente de fortes traumas.<sup>4</sup>

Sob o comando de Ramzan Kadyrov a república lentamente assistiu a um processo de reestruturação. Seus potenciais inimigos e principais líderes secessionistas – como Shamil Basayev, Aslan Maskhadov e Khattab – haviam sido aniquilados. Apesar de seu governo ser acusado de violar direitos humanos, cada vez menos isso vinha ao conhecido do público: pessoas envolvidas em denunciar suas atrocidades – como a jornalista russa Anna Politkovskaya e a ativista Natalia Estemirova – haviam sido assassinadas.

Os sangrentos embates durante os anos de guerra deram lugar a emboscadas ocasionais contra a força de segurança do governo, que revidava através de *zachistki*, operações especiais em que indivíduos suspeitos de empunhar a bandeira da insurgência eram presos. O punho de ferro de Kadyrov inibia seus opositores e os cidadãos comuns, exauridos após mais de uma década de destruição. A grande maioria estava pronta a aceitar qualquer condição que assegurasse a sobrevivência.

Nos primeiros anos do governo, Dukhvakha Abdurakhmanov, presidente da Assembleia do Povo Checheno, declarou que Ramzan Kadyrov estava sendo capaz de governar não só a estrutura do poder, mas também a economia. O líder da Assembleia salientou que em poucos meses de reconstrução a república havia atingido mais objetivos do que o proposto pelo departamento federal russo para a Chechênia.

Segundo Abdurakhmanov, entre as realizações do presidente estavam a reconstrução completa de duas avenidas principais de Grozny, suas ruas adjacentes, uma nova mesquita, centros esportivos e hospitais. Desde 2006 a produção da indústria chechena vinha demonstrando crescimento: 11,9% naquele ano e 26,4% no ano seguinte, apesar de nos anos seguintes esses índices terem caído devido à crise econômica mundial.<sup>5</sup>

Em abril de 2009, Vladimir Putin, então primeiro ministro russo, declarou o fim da operação antiterror na Chechênia para que fossem criadas “condições de acelerar a normalização da república.” Entre os aspectos práticos, toques de recolher não mais ocorreriam, os pontos de averiguação nas estradas seriam desativados e haveria o afrouxamento das regras para a detenção de suspeitos.

4 Idem.

5 Kirilenko. <<http://chechnya.eng.kavkaz-uzel.ru/articles/12589/>>

As tropas – que haviam chegado ao número de cem mil homens na virada do século na Chechênia – teriam parte de seu contingente desmobilizado e na república ficariam somente vinte mil oficiais e soldados. Segundo o Kremlin, tais medidas encontravam respaldo no eficiente governo de Kadyrov.

Oficialmente, Moscou reconheceu que os principais focos de terrorismo não existiam mais, apesar dos confrontos esporádicos entre forças militares e rebeldes nas repúblicas vizinhas do Dagestão e Inguchétia. Acuados nas montanhas, os militantes islâmicos não conseguiam mais realizar ataques de grande porte, ocorrendo apenas pequenos ataques terroristas efetuados por rebeldes.

A relativa tranquilidade a partir de 2004 possibilitou a reconstrução completa da região central de Grozny e o símbolo maior dessa prosperidade foi a construção da mesquita central da capital, a maior da Europa. Simultaneamente ao anúncio da suspensão da operação antiterror, o então presidente russo Dmitriy Medvedev declarou que novas possibilidades para investimento e emprego seriam criadas. Entre seus anseios estava a criação de um aeroporto internacional na capital para que os negócios locais pudessem ser alavancados.

## Conclusão

Em 2012, vinte e sete mil concidadãos elegeram Grozny como a cidade mais feliz do país entre cem cidades pesquisadas na Rússia pela agência *News Effector*. As perguntas feitas aos respondentes eram relacionadas ao ambiente, desenvolvimento, segurança e infraestrutura urbana. Tal resultado foi surpreendente para uma cidade que chegou a ser considerada pela ONU em 2003 como a mais destruída em conflitos bélicos desde a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Sergei Moroz, diretor da agência *News Effector*, isso deveu-se ao fato de que “nos últimos anos houve uma mudança tremenda para melhor e, finalmente, a cidade desfrutava de uma certa estabilidade após décadas de caos”.

Após os atentados ocorridos na Maratona de Boston no início de 2013 – supostamente realizados pelos irmãos de origem chechena Dzhokhar and Tamerlan Tsarnaev – a mídia internacional voltou seus olhos àquele canto do Cáucaso.

A reportagem da edição de 1º de maio de 2013 do jornal Salt Lake Tribune ressaltou que o renascimento da Chechênia é miraculoso: ruas reconstruídas, paredes sem marcas de balas, arranha-céus erguidos, parques infantis cheios de crianças e uma mesquita de mármore brilhante. Entretanto, segundo o periódico, é só “descascar a superfície e o milagre torna-se menos impressionante. Às portas fechadas, pessoas comentam sobre um lugar distorcido e opressivo, comandado pela força do medo imposto por um líder apoiado pelo Kremlin.”<sup>6</sup>

---

6 Golovnina. <<http://www.sltrib.com/sltrib/world/56246732-68/kadyrov-grozny-chechnya-chechens.html.csp>>

Ramzan Kadyrov herda a liderança de uma nação destruída por duas invasões russas, por anos de corrupção e por altos níveis de desemprego e pobreza. Apesar de afirmar que o país goza de paz e prosperidade, fontes imparciais mostram que a realidade de sua população contrasta com seu comportamento extravagante.<sup>7</sup> Tanto a situação atual da Chechênia quanto o próprio discurso de Kadyrov podem ser justificados se analisarmos o contexto da relação extremamente conturbada entre os povos do Cáucaso e eslavos nos últimos quase dois séculos.

Apesar de muitas vozes condenarem os métodos administrativos rigorosos de Kadyrov, é possível que muitos dos cidadãos que elegeram Grozny como a cidade mais feliz da Rússia concordem com a frase dita por uma gerente de logística da capital chechena. Segundo ela, “contanto que não haja guerra, tudo isso pode acontecer” - em referência implícita aos abusos do presidente.<sup>8</sup>

Destá maneira, Vladimir Putin se tornou refém do “sucesso” de Ramzan, já que o seu eventual afastamento poderia acarretar em um novo, oneroso e exaustivo conflito, que a Rússia deseja a todo custo evitar. Para o Kremlin, fechar os olhos perante os excessos de Kadyrov é a opção mais econômica e segura, de modo que mantém o território checheno sob controle da Federação Russa.

## Referências

- EDSON, Paulo. **Crônicas do Cáucaso: as guerras da Chechênia**. Create /Eduniso, 2012.
- GILLIGAN, Emma. **Terror in Chechnya**. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Objetiva, 2015.
- SEIERSTAD, Åsne. **Crianças de Grozni: um retrato dos órfãos da Tchetchênia**. São Paulo: Record, 2008.
- TISHKOV, Valeriy. **Chechnya – Life in a War-Torn Society**, 2004.
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos?** Petrópolis: Vozes, 1999.

---

7 Ver Seierstad (2008) e Gilligan (2010).

8 Banchik. <[http://thewip.net/contributors/2007/12/russias\\_and\\_chechnyas\\_recent\\_e.html#more&gt;](http://thewip.net/contributors/2007/12/russias_and_chechnyas_recent_e.html#more&gt;)>; Lokshina. &lt;[www.opendemocracy.net&gt;](http://www.opendemocracy.net&gt;); Dzutsev <[www.jamestown.org/single/?no\\_cache=1&tx\\_ttnews%5Btt\\_news%5D=36074&gt;](http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=36074&gt;)>; Ferris-Rotman. <[www.reuters.com/article/2011/10/13/us-russia-chechnya-putin-idUSTRE79C2E020111013](http://www.reuters.com/article/2011/10/13/us-russia-chechnya-putin-idUSTRE79C2E020111013)>

# Aspectos e mitos da atuação da FEB na Itália

André Luís Woloszyn<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo contra argumentar afirmações em obras acadêmicas que procuram minimizar a atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de Operações da Itália quanto ao teatro de operações, a qualidade e armamento das tropas inimigas e a capacidade do militar brasileiro em combate. Utiliza, para tal desiderato, obras de ex-comandantes da FEB e historiadores militares brasileiros e norte-americanos além de pesquisas no acervo do IV Corpo de Exército dos EUA. Analisa as minimizações comparando-as com fatos registrados em diferentes fontes para concluir que não correspondem ao consenso geral.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira; II Guerra Mundial; Itália; Combates; Críticas.

## Abstract

This article aims to argue claims in academic works that seek to minimize the role of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) in the theater of Operations in Italy in terms of Theater of operations, the quality and armament of enemy troops and the capacity of the Brazilian military in combat. For this purpose, it uses works by ex-FEB commanders and Brazilian and American military historians as well as research in the collection of the IV US Army Corps. It analyzes the minimizations by comparing them with facts recorded in diferente sources to conclude that they do not correspond to the general consensus.

**Keywords:** Brazilian Expeditionary Force; World War II; Italy; Fights; Reviews.

---

<sup>1</sup> Ex Oficial de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), diplomado em Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG/RJ), especialista em Ciências Penais (UFRGS), Mestre em Direito com área de concentração em Direitos Humanos (Uniritter) ocupante de Cadeira Especial na Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB).

## Introdução

Ao nos debruçarmos sobre a história da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e sua atuação no teatro de operações da Itália, nos deparamos com muitos estudos acadêmicos e obras que procuram minimizar a importância de sua participação nos esforços aliados para vencer o regime nazista e reestabelecer a democracia nos países ocupados. Entre as provocações para debate, estão afirmações de que a Itália era uma região secundária na estratégia do Alto Comando das Forças Armadas Alemãs (OKW), que a tropa inimiga que lá se encontrava era formada por reservistas sem experiência em combate operando com material bélico ultrapassado e, principalmente, dúvidas acerca da real capacidade de combate dos pracinhas ou febianos, comparativamente, com as tropas norte-americanas.

Estas são afirmações que não correspondem à realidade histórica, provavelmente provinda de fontes questionáveis ou impressões específicas, não consensuais.

Para uma maior compreensão de todo o processo que envolveu a participação brasileira com tropas na 2ª Guerra Mundial, é necessário conhecer a finalidade deste apoio militar, sugerido formalmente pelo Adido Militar brasileiro em Washington, General Estêvão Leitão de Carvalho ao General George Marshall, então Chefe do Estado-Maior Conjunto, no ano de 1943.

Por óbvio que esta participação não iria alterar decisivamente o curso da campanha dos Aliados e nem era um objetivo primário do governo brasileiro. O objetivo claro, firmado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, era uma questão política-estratégica, de solidificar a aliança com os EUA em troca de assistência ao projeto de modernização e industrialização do país nos anos posteriores ao final do conflito indo além da cedência de bases aéreas e navais da região Nordeste para o estabelecimento de uma estrutura e efetivos norte-americanos, abrindo o país à investimentos externos.

Para tal desiderato e na visão deste, a atuação da FEB na Itália deveria projetar o Brasil no cenário internacional, junto aos demais países aliados criando comprometimento e facilitando o cobiçado assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desejo apoiado por Roosevelt, mas não por seu sucessor.

O Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, tinha uma percepção mais imediata, segundo inúmeros documentos disponíveis para consulta. Ele almejava modernizar as forças armadas, não apenas a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária que seria enviada a Itália, mas também as duas divisões que permaneceram em treinamento, guarnecendo o território nacional, a Marinha e a Força Aérea, ampliando o acordo de cooperação militar firmado entre Brasil-EUA, assinado em 23 de 1942. (ARQUIVO NACIONAL, 1943, p.141/242)

Ademais, os doutrinadores norte-americanos acreditavam que o apoio do Brasil, como o maior país da América Latina, fortaleceria a imagem de liderança dos EUA em todo o continente em

contraponto à Argentina, que se mantinha neutra. (HILTON, 1979, p.691-700). Portanto, a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial foge ao mito de um envolvimento forçado, mas se constituiu em uma parceria que beneficiava ambas as partes, embora com diferentes objetivos. Neste acordo, o país obteve maiores ganhos face a precariedade em que se encontrava em todas as expressões do poder nacional.

Neste sentido, este breve artigo pretende contra argumentar algumas das minimizações acadêmicas a respeito da importância da FEB no teatro de Operações da Itália, baseado em referências bibliográficas de historiadores nacionais, norte-americanos e em pesquisas nos documentos recentemente desclassificados do arquivo pertencente ao IV Corpo de Exército dos EUA.

## O mito de um teatro secundário

A FEB partiu para a Itália com sua missão pré-definida e por ser apenas uma divisão de infantaria, o seu uso operacional era limitado. Como parte integrante do IV Corpo de Exército dos EUA, comandado pelo Tenente-General Willis Crittenger, pertencente ao V Exército dos EUA, comandado pelo Tenente-General Mark Clark, os oficiais do alto escalão expedicionário sabiam, antecipadamente, que ela não teria um papel principal nas operações, tampouco estratégico, mas inserida em uma campanha mais ampla que se desenrolava em diferentes frentes.

Ademais, o pouco treinamento face a contingência do deslocamento e a falta de experiência em combate foram fatores inibidores, quando não condicionantes, para o seu não aproveitamento em uma frente mais fortificada defensivamente, como a das praias da Normandia. A FEB entraria em combate em 15 de setembro de 1944 e o desembarque na Normandia, conhecido como o Dia D, ocorreu em 06 de junho deste mesmo ano, algumas semanas antes da chegada do 1º contingente brasileiro à Nápoles.

Vale destacar, que o efetivo do V Exército norte-americano se encontrava desfalcado, contando com pouco mais do que uma divisão reforçada tendo perdido sete divisões experientes para a Operação Dragão, desencadeada na França, em 24 de agosto de 1944. Com um imenso claro de unidades de combate, necessitava urgentemente de reforços para atingir os objetivos dos Aliados de libertação da Itália. (CALKINS, 2011, p.75)

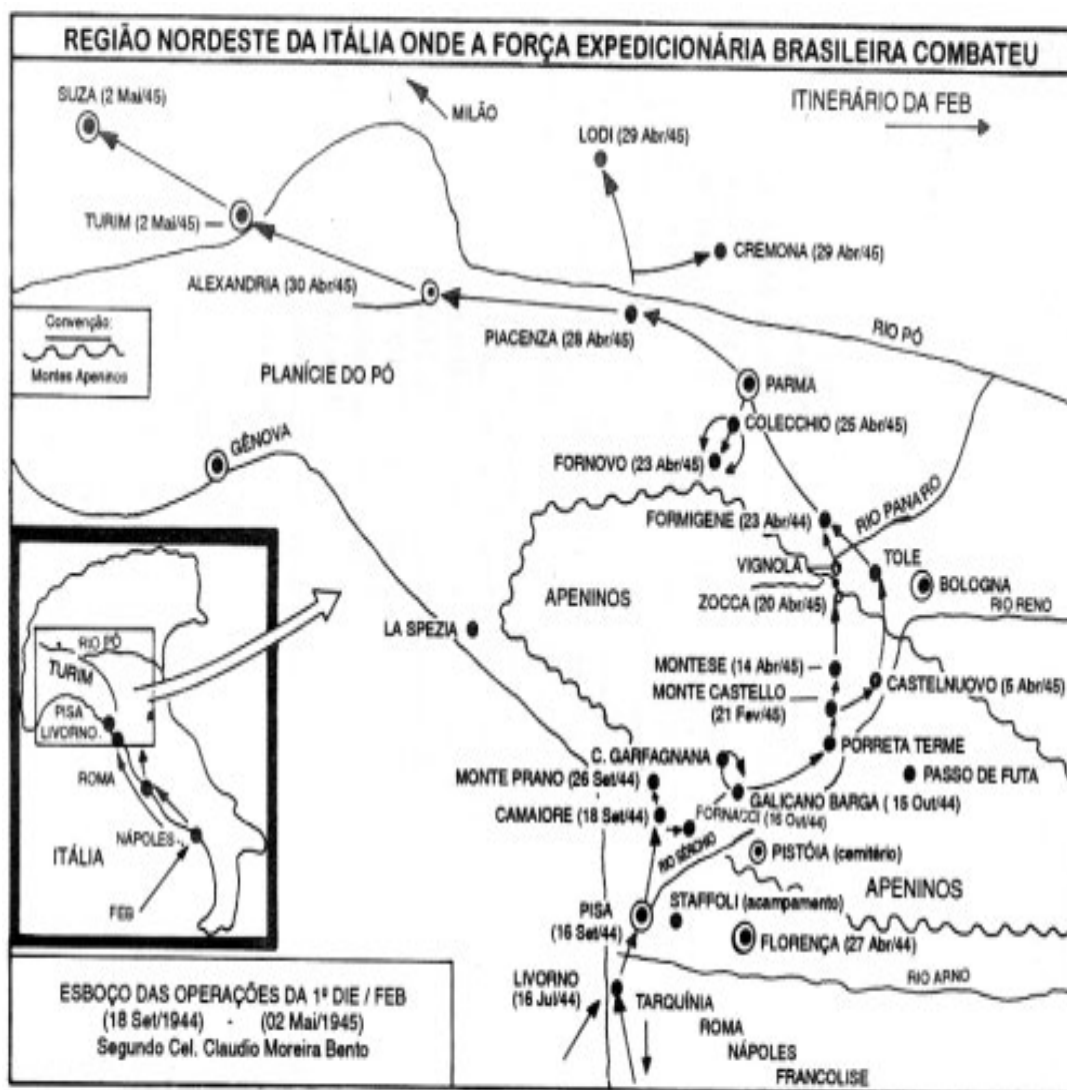
Diante destas circunstâncias, comparar o Vale do Pó e do Reno com a invasão da Normandia ou a Batalha das Ardenas, ocorrida em dezembro de 1944, como desejam alguns críticos para afirmar que o teatro da Itália era secundário, é algo embaraçoso, quando não insensato.

Os objetivos táticos da FEB se concentravam em áreas montanhosas extensas que outras unidades norte-americanas também não lograram êxito em tomar dos alemães. Os ataques a esta zona, era no intuito de quebrar as linhas de defesa alemãs, primeiramente a linha Gótica, que impedia os

aliados de chegarem ao Vale do Pó e a cidade de Bolonha. Se constituíam em excelentes pontos de observação fortificados que permitiam ao inimigo monitorar todos os movimentos dos aliados e impedirem a progressão das tropas em direção a outros objetivos estratégicos.

A captura de Monte Castelo, por exemplo, possuía sim uma importância estratégica pois dela dependia a continuidade das operações aliadas na região e sua movimentação a frente. Se este objetivo fosse insignificante, por que motivo os comandantes aliados lançariam cinco ataques contra as tropas alemãs?

Já nos Apeninos, a estratégia dos aliados era vencer o inimigo no terreno, bloqueando seu rearmamento para o interior da Alemanha, o que acarretaria em maior resistência ao efetivo dos aliados que se encaminhavam à Berlim e, possivelmente, o prolongamento da guerra por alguns dias, com as consequentes baixas.



Teatro de Operações da FEB na Itália – Fonte: (BENTO, 1995)

Outro ponto que contribui para ratificar a posição de que a Itália não se constituía em um teatro secundário repousa no fato de que a FEB combateu junto a uma unidade de elite do Exército norte-americano, a 10ª Divisão de Montanha, demonstrando que os objetivos naquela zona, eram considerados relevantes, também pela presença desta unidade.

Contudo, estas são explicações aproximadas e não finais. Duas questões que ainda poderiam ser exploradas a título de esclarecimento são o fato de que somente em abril de 1943, houve a sugestão do governo brasileiro para a participação do Brasil no conflito e, face ao aceite dos EUA, restou pouco tempo para o recrutamento e treinamento, cerca de seis meses, no total. Enquanto isso, o conflito se aproximava do fim e as grandes operações militares já haviam ocorrido ou estavam em seus estágios finais de planejamento.

Um segundo ponto, decorrente do primeiro, repousa na afirmação de McCann, de que os EUA já não possuíam condições logísticas para fornecer armamentos, fardamentos apropriados ao clima, equipamentos e transporte para mais de uma divisão brasileira, recursos estes, todos alocados para as operações em andamento na Europa, em apoio aos ingleses e soviéticos (MCCANN, 1983, p.4).

Tal condição limitou o número das tropas brasileiras a serem enviadas a Europa, cujo plano inicial era de três Divisões completas, conforme previa o Ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra. Destaca-se que a divisão brasileira foi transportada em quatro escalões até Nápoles nos navios dos EUA, General Mann e General Meigs, mais pela escassez de transportes marítimos adequados do que pela ameaça de submarinos alemães que ainda patrulhavam o Atlântico. (BRANCO, 1960, p.160)

## As qualidades e capacidades do inimigo

### AS TROPAS ALEMÃS

Quando o tema recai sobre a qualidade das tropas alemãs que combatiam contra os efetivos da FEB, esta era formada em grande parcela, por efetivos veteranos do Exército e de infantaria da Força Aérea alemã, a maioria, em combate por seis anos, desde o início da guerra, em 1939.

Neste sentido, é preciso evidenciar que estas tropas possuíam uma experiência muito maior em combate do que as tropas brasileiras uma vez que significativa parcela destes, havia combatido na frente russa, fazendo parte da Operação Barbarossa, lançada em dezembro de 1941, na invasão da URSS e no África Korps, sob o comando de Erwin Rommel. Diferentemente do que muitos afirmam, as tropas alemãs na Itália eram disciplinadas e tecnicamente bem treinadas e equipadas, uma característica que perdurou até o final da guerra em todas as frentes europeias.

Alguns, notadamente, oficiais e sargentos, haviam se retirado recentemente do serviço ativo por completar a idade limite, com grande mérito pessoal, tendo recebido a Cruz de Ferro, como se



observa nas fotos que registram a rendição da 148ª Divisão Alemã aos brasileiros em 30 de abril de 1945.

Outros, foram afastados por conta dos ferimentos sofridos em combate durante estas campanhas, sendo novamente convocados nos estágios finais do conflito para completar as defesas e impedir a progressão dos aliados até o coração da Alemanha.

Como afirma McCann, basta lembrar que nos quatro ataques infrutíferos a Monte Castelo antes de sua tomada, a 92ª Divisão norte-americana do IV Corpo de Exército, também não foi capaz de expulsar os alemães da cordilheira que mantiveram ainda por cinco meses. (MCCANN, 1983, p125)

A FEB também combateu contra algumas divisões italianas enfraquecidas, fiéis ao estado fascista como a Divisão Bersaglieri, porém, com menor destaque. Os combates mais intensos foram, predominantemente, contra tropas alemãs.

Além disso, haviam recebido instruções de Berlim para tratar com extrema dureza os expedicionários, de maneira a desmoralizá-los e poder exibi-los aos demais países da América Latina, já que eram os únicos da região no teatro de guerra europeu. A extrema dureza do tratamento recomendado aos brasileiros pode ser atestada no fato de que os alemães posicionavam explosivos dentro dos cadáveres de soldados brasileiros caídos em combate para causar baixas nas equipes médicas da FEB (GOYOS, 2013).

Diante deste contexto, os combates eram violentos na tentativa de expor a FEB a uma derrota humilhante, reduzindo o moral para a continuidade de suas operações além de explorar a derrota junto a propaganda de guerra alemã, a exemplo do que ocorreu com as tropas africanas que apoiavam os ingleses, filmadas e fotografadas dançando, parcialmente fardadas em rituais tribais com a frase: No cartaz de propaganda havia estas imagens com a frase: “Vocês acreditam que estes serão seus libertadores”?

## O ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS

Outro mito que necessita ser esclarecido é quanto ao armamento inferior das tropas alemãs na Itália. Até o início de 1944, antes dos bombardeios massivos dos Aliados ao seu parque industrial bélico, continuava a produzir armas em um ritmo acelerado, mesmo que não houvesse tropas suficientes para utilizá-las.

Diante disso, as tropas alemãs encontravam-se muito bem armadas, incluindo material apreendido dos países conquistados, para enfrentar os efetivos da FEB com equipamentos de qualidade.

Possuíam peças de artilharia como canhões 88 mm, lança foguetes Nebelwe, composto por seis tubos que lançavam foguetes de 32 kg, farta quantidade de morteiros e obuses, armas portáteis como fuzis e uma variedade de metralhadoras leves e pesadas, com destaque para as MG-34 e MG-42, capazes de disparar 1.200 tiros por minuto, além de uma variedade de granadas.

Muitas destas armas não eram conhecidas pelos combatentes da FEB, chegando aos militares brasileiros por meio do treinamento fornecido pelos norte-americanos, ainda no estágio pré combate. Possuíam também, grande número de minas terrestres que utilizaram para impedir o avanço dos brasileiros que, ao longo da guerra, feriu por estilhaços secundários 84 febianos (BRANCO, 1960, p.319).

Relatos afirmam que, invariavelmente, o terreno era repleto por diferentes tipos de minas, dispostas a quilômetro de distância do inimigo. As S. Minen, por exemplo, saltavam e explodiam no alto; as Holzminen, com por 10 quilos de dinamite no interior de uma caixa de madeira que o detector de metais não localizava, se destinava a veículos leves e pesados; finalmente as Tellerminen e as Schuminen, explodiam ao peso de sete quilos. Geralmente as últimas não eram fatais, mas arrancam pés ou pernas com grande facilidade. (BRAGA, 1996, p.50)

## O soldado brasileiro em combate

O Comandante da FEB em suas memórias nos dá uma dimensão exata acerca dos brasileiros que combateram na Itália. Ele afirma que grande era a variedade de cor, educação e condição econômica, de uniforme apenas a língua, a crença em Deus e o sentimento de amor à família e a o Brasil. Pretos e brancos, letrados e analfabetos, com a mesma dedicação e objetivos. (MORAES, 1984, p.361).

Pelos registros existentes, se pode afirmar que os brasileiros se saíram bem durante o treinamento em Vada. Um exemplo que ratifica esta afirmação é manifestado no relatório do Tenente-Coronel Nathan S. Mathewson, reproduzido abaixo:

A maioria das tropas é inteligente e deve com o tempo se transformar em bons soldados endurecidos. O contato com o inimigo é um ótimo professor e essas tropas aprenderão muitas lições da maneira mais difícil. Mas até que essas lições sejam aprendidas, elas não garantirão os resultados necessários para uma derrota decisiva sobre um inimigo bem experiente". (MCMANN,2007, p. 123)

Todavia, o texto sugere dúvidas acerca de seu potencial ofensivo em combate. Ainda assim, algumas unidades do V Exército passaram a ser empregadas prematuramente em largos *fronts*. E por não dispor de outros recursos para atender a determinação de ocupar a região, Mark Clark decidiu utilizar dois dos regimentos da FEB que ainda se encontravam em preparativos à retaguarda. Embora ainda não estivessem completamente equipados e armados, tampouco houvesse encerrado o período de treinamento previsto, foram lançados ao combate.

O 1º e o 11º Regimentos de Infantaria foram empregados em circunstâncias mais adversas e com um treinamento aquém do ideal, ou pelo menos inferior ao realizado pelo 6º RI. O 1º RI teve

sua primeira atuação em 20 de novembro de 1944, substituindo elementos do 6º RI em Torre de Nerone, uma elevação que se aprofundava dentro do território inimigo a curta distância, recebendo fogo direto até de armas portáteis, além de morteiros e artilharia. Enquanto isso o 11º RI não esteve em situação melhor, tendo um de seus batalhões empregado no segundo ataque infrutífero ao Monte Castelo, em 29 de novembro de 1944. (BRANCO, 1960, p.175, 182 e 233).

Inobstante tais dificuldades, há inúmeros registros acerca da atuação do soldado brasileiro da FEB no front que vão muito além dos relatos dos próprios pracinhas. O reconhecimento do comando norte-americano e dos próprios inimigos, traz maior robustez aos episódios demonstradas por estes.



Gen. Crittenger junto ao Comandante da FEB cumprimenta patrulha brasileira (1945)

Fonte: (MORAES, 1984, p.224)

Pelas características do terreno, os combates eram travados, em grande medida, ao nível tático de pelotão e de grupos, o que os expunha a maior risco pessoal, atuando, na maioria dos casos, longe de sua base e fortificações e, em zonas desconhecidas. O efetivo era dividido em patrulhas de reconhecimento e de combate.

As patrulhas de reconhecimento, tinham por missão, se aproximar o máximo possível das linhas inimigas, contando com o elemento surpresa, com a finalidade de coletar informações como a posição que ocupavam, efetivos e identificação das unidades, tipos e quantidade do armamento, principalmente, peças de artilharia. Embora a ordem expressa era a de não atacar, muitos confrontos eram inevitáveis.

Foi o que ocorreu em 12 de abril de 1945, vitimando o sargento Max Wolff Filho, um dos mais admirados heróis da FEB, que havia comandado o maior número de patrulhas até então, morto dois dias antes da ofensiva da primavera. De posse das informações colhidas, e dependendo das condições, era acionado fogo de artilharia para destruir a posição inimiga.

As patrulhas de combate, tinham por objetivo atacar e destruir a resistência inimiga em pontos específicos, de menor poder de fogo, além de capturar prisioneiros para interrogatório e obtenção de informações de maior valor. Geralmente a atuação das patrulhas era precedida do emprego de unidades maiores a nível de Batalhões e Regimentos, limpando a área das ameaças de ataque.

Durante a progressão destas patrulhas em terreno inimigo, diurnas e noturnas, ocorreram significativo número de baixas entre os brasileiros, considerando mortos e feridos, surpreendidos pelo fogo alemão, alvo de franco-atiradores ou vítima das minas terrestres.

Em uma destas patrulhas, o soldado Vicente Gratagliano se destacou por atacar um posto avançado inimigo, guarnecido por metralhadoras MG-42 alemãs, capturando a guarnição, o que permitiu o avanço seguro de seu pelotão. Por este feito excepcional, foi condecorado com a Cruz de Combate de 1ª Classe e a Silver Star, do Exército Norte-Americano. O Cabo Marcílio Luiz Pinto seguiu nesta mesma linha ao participar de um ataque surpresa a uma posição alemã, causando diversas baixas e capturando prisioneiros e seus equipamentos, em 26 de fevereiro de 1944, em Torre de Neroni. Foi condecorado pessoalmente pelo Gen. Mark Clark, com a Silver Star, por ato de bravura. (UNITED STATES, Army, 1945).

Em outro episódio, digno de nota, considerando que o reconhecimento partiu do inimigo, foi a destacada coragem de três integrantes da FEB que, quando em patrulha, se depararam com uma Companhia alemã, em 14 de abril de 1945, durante a conquista de Castelnuovo, composta por aproximadamente 100 homens. Trata-se do Cabo José Graciliano Carneiro da Silva e dos soldados Clóvis da Cunha Pais de Castro e Aristides José da Silva, pertencentes ao 1º Regimento de Infantaria.

O inimigo deu a estes, oportunidade de rendição uma vez que não havia possibilidade de sobrevivência em uma ação defensiva. A oferta foi recusada e os pracinhas combateram até ficarem sem munição, momento em que foram mortos em ação. O Comandante alemão, determinou que os enterrassem sob três cruces de madeira com os dizeres: 3 TAPFERE - Brasil - 24-1-1945, cuja tradução é “três bravos” (MORAES, 1084, p. 264)

Na região de Montese, episódio semelhante ocorreu envolvendo outros três soldados agora do 11º Regimento de Infantaria, Arlindo Lúcio da Silva, Geraldo Rodrigues e Geraldo Baeta. Após uma longa batalha foram mortos pelos adversários alemães em maior número, sem abandonarem sua posição. Para estes, os alemães dedicaram uma placa de madeira com a frase “Drei Brasilianische Helden” cuja tradução é três heróis Brasileiros. (GOYOS, 2013). Tais fatos apontam que o inimigo reconhecia a coragem e a qualidade dos combatentes brasileiros.

Em um retrospecto histórico, dentre os maiores feitos da FEB, além da tomada de Monte Castelo e Montese, em 1945, que obteve o maior número de mortes em toda a campanha, destaca-se

a rendição forçada da 148ª Divisão de Infantaria Alemã,<sup>2</sup> em 30 de abril de 1945, composta de 20 mil homens, cercada pelo 6º e 11º Regimento de Infantaria da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, após fustigados pela artilharia brasileira, em Fornovo di Taro. Além de 20 mil prisioneiros de guerra, foram capturados em poder do inimigo, 80 canhões de diferentes calibres, 4.000 cavalos e 1.500 viaturas de todos os tipos além de abundante munição. (MORAES, 1984, p. 316)



Rendição da 148ª DI alemã (1945) – Fonte: Arquivo Histórico do Exército/RJ

Logo em seguida, a FEB capturaria os Montes Della Casellina e Bella Vista, o que possibilitou aos norte-americanos a tomada do Monte Della Torraccia, com fraca resistência.

As dificuldades apresentadas pelo terreno em Monte Castelo eram imensas. Olhando para baixo na colina de um avião Spotter Piper L-4H Grasshopper, o correspondente de Guerra Rubem Braga relata a observação de densos pinheiros do lado alemão na cor verde escuro, em contraste com o lado brasileiro, árido e suave, resultado do intenso fogo da artilharia inimiga. “Eu me perguntei se nossos homens um dia poderiam escalar aquela montanha maldita” (BRAGA, 1964).

Após esta vitória, um capitão da Wehrmacht afirmaria: “Francamente, vocês brasileiros ou são loucos ou muito corajosos. Eu nunca vi alguém avançar contra metralhadoras e posições bem defendidas com tanto desprezo pela vida” (VAROLI, 2011, p. 94).

Para se ter uma ideia aproximada da violência dos combates, após a batalha de Montese, que teve duração de quatro dias e mil baixas entre brasileiros e alemães, a cidade se encontrava arrasada, conforme a descrição abaixo:

Escrevo de dentro de Montese destruída. Montese não existe mais, nenhuma casa permaneceu intacta. A cidade é um deserto, pleno de ruínas. Nas casas destruídas, as marcas de sangue testemunham a violência da batalha. Mas a completa destruição ainda não chegou. Transcorreram mais de 48 horas, e os alemães, com a artilharia, continuam atirando as bombas sobre a cidade,

<sup>2</sup> Se renderam aos brasileiros, 02 Oficiais Generais, 800 oficiais de diferentes postos de Coronel a Tenente e 14.700 praças, entre sargentos, cabos e soldados, sendo feitos prisioneiros de guerra. Em Monte Castelo a FEB teve apoio aéreo de seis caças da Força Aérea Brasileira, pertencentes ao esquadrão Senta à Pua.

quase interruptamente. A cada minuto se ouvem explosões. Tanques de guerra destruídos, paredes caídas, uma bomba aérea que não explodiu, montes de ruínas nas ruas, silêncio dos homens cansados. Esta é Montese. A sua torre é semidestruída, o cemitério é danificado. Procurei encontrar algum habitante, mas em vão. Vi somente portas arrebentadas, leitos vazios, quartos em desordem. (SQUEFF,2000, p.276)

Tais conquistas, obtiveram o reconhecimento de alto mérito por parte dos Tenente-General Mark Clark e Willis Crittenberger, considerando que os brasileiros estiveram em combate por 239 dias seguidos, com pouco descanso, alguns claramente apresentando extrema fadiga física e mental.

Com efeito, este reconhecimento pode ser avaliado nas palavras do Comandante do IV Corpo de Exército, quando afirmou:

Os esforços brasileiros culminaram no dia 29 de abril de 1945, em um pesado incêndio perto de Fornovo e a subsequente rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã e da divisão Italiana. Esse feito de armas foi uma indicação clara de efetividade em combate da Divisão brasileira no final da guerra, uma conquista ainda mais marcante quando se lembra da divisão inexperiente e da falta de treinamento no campo de batalha, meses antes, quando desembarcou pela primeira vez na Itália.<sup>3</sup> (CLARK, 1956, p.212).

Após o termino do conflito, no dia 19 de maio de 1945, na cidade de Alessandria, os Generais Truscott, e Crittemberger, entregaram 39 medalhas americanas ao efetivo da FEB, sendo uma de Cruz de Serviços Distintos, quatro Estrelas de Prata, treze Estrelas de Bronze e vinte e uma Medalhas do Ar. (MORAES, 1984, p.349)

Vencida a desconfiança inicial e entusiasmado com a performance demonstrada nos combates, Mark Clark ofereceu ao Comandante, General Mascarenhas de Moraes, a possibilidade de permanecer no teatro de operações da Europa, como força de ocupação, junto ao V Exército que rumava para a Áustria. (MCCANN, 2007, p 127)

Contudo, o governo brasileiro considerou que o acordo inicial com os EUA havia sido cumprido e entre os meses de julho e outubro de 1945, os efetivos da FEB retornariam ao Brasil sem aproveitarem esta oportunidade, sendo desmobilizados logo a seguir.

O número de mortos e feridos em ação não está bem esclarecido sendo variável em diferentes obras de historiadores brasileiros e norte-americanos. Ellis John, por exemplo, assevera que a FEB registrou 509 mortos na campanha da Itália (ELLIS, 1993, p. 225) enquanto o portal da FEB registra 443 mortos e 3.000 feridos. Outros apontam que o saldo foi de 509 mortos, 58 desaparecidos em ação e 1.577 feridos. (COSTA, 1996, p.76).

---

<sup>3</sup> Brazilian efforts culminated on 29, April in a heavy fire fight near Fornovo and the subsequent surrender of the 148th German Infantry Division and the Italian Division. This feat of arms was an indication of the combat effectiveness of the Brazilian Division at the end of the War — an achievement all the more striking when one recalls the division's inexperience and lack of battlefield training a few months earlier when it first landed in Italy.

Um relatório do US. Army, referente ao IV Corps, registra em relação a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária um saldo de 465 mortos, dentre estes, 13 oficiais, 444 praças, 08 pilotos da FAB abatidos, 35 febianos prisioneiros dos alemães, 16 extraviados em combate e 2.772 feridos, 13% destes, com ferimentos incapacitantes como a perda de membros superiores e inferiores, sendo tratados inicialmente no hospital de Stanford, nos EUA e posteriormente levados ao Brasil. (UNITED STATES. Army,1945).

## **Dificuldades e desafios enfrentados pela FEB**

As dificuldades enfrentadas pela FEB iniciaram ainda no Brasil e a seguiram nos três primeiros meses da campanha que duraria nove meses e onde era constantemente instigada a provar o seu valor frente aos comandantes norte-americanos. Alguns historiadores argumentam que o Brasil não estava preparado tanto psicologicamente como logisticamente para apoiar os esforços de guerra dos aliados no mediterrâneo. Havia, segundo eles, divisão de ideologias entre as autoridades políticas o que redundou em prejuízo na solução dos problemas que deveriam ser enfrentados já na sua estruturação, aos moldes e padrões das tropas dos EUA.

Dentre estes, a alimentação, o suprimento de novos armamentos, a confecção de uniformes apropriados ao clima frígido, a seleção de pessoal que ficou abaixo do padrão prefixado e a necessidade de concentração de todo o efetivo no Rio de Janeiro uma vez que se encontrava espalhada por cinco estados federativos. (MATOS, 1983, p.98). Cita o autor, que o pessoal que integrou a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária não foi submetido a rigorosa seleção física e neuropsiquiátrica, embora tenha obtido uma adaptação rápida as novas condições encontradas na Europa.

Nesta conjuntura, no final de 1943, a organização da FEB permanecia em fase embrionária e teve muito pouco tempo para se adaptar e realizar treinamentos adequados, considerando que o primeiro embarque ocorreria em 02 de julho de 1944 e o primeiro contingente entraria em combate em 15 de setembro, com o início da ofensiva aliada sobre Bolonha, ainda incompletamente aparelhado. (MATOS, 1983, p.300)

No teatro de operações da Itália, o fornecimento de equipamento por parte da logística do V Exército dos EUA sofreu atrasos, sendo distribuído com irregularidade. Além disso, havia restrições na entrega de munições, especialmente de morteiros 81, fundamentais à artilharia expedicionária pelo tipo de terreno que operava. Ainda assim, dada a carência de efetivos da tropa aliada, a entrada em combate foi antecipada, sem o treinamento de rotina, o que se refletiu na eficiência das operações iniciais além de não possuir uma tropa especializada em operações de montanha como a zona de operações requeria. (MORAES, 1984, p.359).

Com efeito, ainda na área de treinamento, recebeu a missão de substituir a 1ª Divisão Blindada, no Vale do Sercchio, herdando uma situação tática difícil que mesmo as tropas experientes dos EUA não lograram resolver.

Conta as memórias do Comandante da FEB, que logo a seguir, os chefes americanos resolveram realizar operações preliminares requisitando unidades brasileiras para emprego em combate sobre a zona de Abetaia-Monte Castelo, conduzida pela 45ª Task Force. Por dois dias a operação fracassa e sob protestos do Comandante da FEB, as unidades brasileiras com 30 baixas lhe foram devolvidas. No entanto, com a ordem de atacar imediatamente toda a crista do Monte Belvedere, Monte Toraccia e o Monte Castelo em uma frente de 15 Km. (MORAES, 1984, p.299-300).

Os efetivos permaneceram 90 dias em linha, sem qualquer descanso, sob tensão dos constantes ataques da artilharia alemã e mercê de condições climáticas desfavoráveis como o frio intenso e a neblina, que permitia uma visualização de apenas alguns metros a frente. Tal condição, acarretou em extrema fadiga física e mental que posteriormente foi minimizada com o devido descanso.

## Uma possível origem das críticas à FEB

Anos após o término da 2ª Guerra Mundial, muitas críticas e questionamentos emergiram acerca da real capacidade de combate da FEB no teatro de operações da Itália e, mais recentemente, com a desclassificação de documentos secretos do V Corpo de Exército e sua disponibilização para consulta pública.

Restou comprovado que alguns registros efetivamente traçavam críticas acerca de pontos específicos. Uma destas repousava no atraso na estruturação da FEB e no recrutamento de seu efetivo, o que ampliou as dúvidas sobre a capacidade do Brasil em treinar e mobilizar uma força capaz de lutar com exércitos experientes como o alemão e o italiano. (CAMPBELL,1992, p.26).

O apontamento de aspectos deficitários que constam nos relatórios do Brazilian Liaison Detachment (BLD), um destacamento de ligação entre o Exército Brasileiro e o dos EUA, que acompanhava as tropas brasileiras desde o Brasil, referentes ao uso de armamentos, equipamentos e treinamento, podem ser considerados naturais, face aos grandes desafios a que foi colocada à prova, verdadeiramente submetida a um choque de realidades distintas. No quesito disciplina, é preciso considerar que os febianos estavam se adaptando a uma nova doutrina militar até então desconhecida, o combate urbano. Muitas das atitudes destes, não necessariamente de indisciplina, eram consideradas como tal, sob a perspectiva norte-americana.

Outro ponto relevante que contribuiu para a demora no recrutamento e, posteriormente, a adaptação a nova doutrina militar norte-americana, foi o fato de que significativo número de solda-



dos e oficiais subalternos eram civis convocados, que sequer haviam servido as Forças Armadas, pois o alistamento militar não era obrigatório. O voluntariado especial, aberto pelo Ministério da Guerra, para o recrutamento dos efetivos que iriam na Itália, havia fracassado, especialmente, no meio acadêmico estudantil, onde se depositava grandes esperanças.

Contudo, a origem de todo este contexto de críticas pode ser parcialmente explicada por uma outra condição relevante, até então pouco explorada. A segregação racial, fortemente arraigada entre os norte-americanos.

As tropas dos EUA, não eram mescladas entre brancos e negros. É o caso da 92ª Divisão de Infantaria, os Buffalo Soldiers, a única unidade de combate integrada por negros americanos e afro-descendentes na Itália, parte do IV Corpo de Exército. Ainda assim, todos os seus oficiais superiores eram brancos na premissa de que nenhum branco desta unidade tivesse patente inferior a um negro. (BRAYNER, 1968).

Ademais, “o governo dos EUA alegava que os negros não eram suficientemente agressivos para lutar” (MOTLEY, 1975). Esta condição seria corrigida nas guerras da Coréia e do Vietnã. Contudo, na 2ª Guerra Mundial, quase a totalidade dos soldados negros, era designada para a execução de tarefas secundárias, não menos importantes, porém longe do front como a construção e limpeza das bases, na Intendência e no rancho (cozinhas), ocupando alojamentos, sanitários e refeitórios separados.

Neste sentido, é racional afirmar que ao observarem o efetivo miscigenado da FEB, e o compartilhamento comum das refeições, das barracas e no relacionamento pessoal diário de camaradagem entre praças e oficiais, esta condição tenha surpreendido negativamente e desagradado os comandantes norte-americanos, em especial, do IV Corpo de Exército, em que a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária era diretamente subordinada juntamente com a 92ª DI.



Artilharia da FEB e planejamento de ataque à Montese (1945) –

Fonte: Arquivo Histórico do Exército/RJ

Dados empíricos apontam para uma estimativa aproximada entre 30% a 35% de soldados negros e mestiços entre os brasileiros, o que em um universo de 25 mil homens, era um número significativo.

Esta condição embaraçosa era considerada, inclusive, um mal exemplo para as tropas estadunidenses e a situação imposta poderia criar indagações acerca da segregação racial, redundando em problemas de indisciplina. Isso explica o motivo da condição de que, nos primeiros meses de campanha, o distanciamento entre os efetivos norte-americano e brasileiro ser quase total e, a bem da verdade, nunca chegou a uma integração satisfatória, que se atribuía, exclusivamente, as dificuldades do idioma e cultura.

Em relação ao inimigo comum, a situação não era diferente. Condiicionados pela ideologia da superioridade da raça ariana, ao combater contra tropas mescladas por negros e brancos, não lhes restava outra alternativa que a vitória, explorada como propaganda para ratificar sua ideologia. Assim sendo, para os alemães, uma derrota nestas condições era motivo de desonra, quando não um ato de covardia. Considerar uma rendição para estes, era certamente uma medida desesperada.

Por estas questões, em particular, é racional afirmar que as críticas à FEB tiveram como motivação inicial o fato da miscigenação racial entre os brasileiros, situação tolerada, mas não sem constantes tensões e críticas. A consequência disso, de forma consciente ou inconsciente, foi a tendência de desqualificar sua capacidade operacional em combate e no comportamento dos soldados fora deste.

Historiadores estadunidenses defendem que os oficiais da FEB, de maneira geral, tinham uma percepção distorcida acerca das exigências dos comandantes norte-americanos em relação a FEB, para eles demasiadas. Tal percepção, na visão destes, se refletiria no futuro, na recusa do Brasil em participar com tropas nas Guerra da Coréia e do Vietnã. (MCCANN, 1983, p.08)

## Considerações finais

Como resultado final desta pesquisa, se pode concluir que a FEB cumpriu com coragem e destemor todos os objetivos que lhe foram confiados pelo Comando norte-americano, se igualando aos efetivos estadunidenses, inobstante os problemas iniciais de treinamento insuficiente e inexperiência em combate.

Por óbvio, que havia muitos desafios a serem vencidos que não apenas o inimigo comum, afinal, seu efetivo era de 25.344 homens. A doutrina militar dos EUA era desconhecida dos oficiais subalternos e praças assim como o equipamento e armamento, terreno, condições climáticas e dificuldades no idioma inglês.

Estes fatores exigiram um período de rápidas adaptações antes do combate, também insuficiente. Os reveses sofridos pela FEB em novembro e dezembro de 1944 em Castelnuovo di Garfagnana e nas quatro tentativas infrutíferas de tomada a Monte Castelo quando as forças alemãs repeliaram os ataques, não foram derrotas exclusivamente dos brasileiros, mas também, do V Exército dos EUA, que possuía maior tempo em combate e experiência no terreno.

Uma questão levantada em diferentes referências sobre a FEB, e que parece consenso, registram que Mark Clark estava ansioso para atingir Bolonha, antes do Natal, último reduto das forças alemãs na Itália, antecipando-se também a chegada de condições climáticas extremas, consequência do rigoroso inverno europeu.

Contudo, e apesar de, tais problemas não chegaram a comprometer os objetivos táticos futuros, os quais foram alcançados com sucesso em um front tão violento e bem guarnecido como os demais que estavam sendo enfrentados pelos aliados no teatro de operações da Europa.

Ao final da guerra, a FEB se constituía em uma ótima força de combate após nove meses de experiências reais, e por este motivo, o convite de Mark Clark, para permanecer como tropa de ocupação na Europa, possivelmente transferida para a Áustria, o que não foi aceito pelo governo brasileiro por razões políticas.

As alegações de que o teatro de operações em que combateu era secundário, as tropas inimigas formadas por militares inexperientes e precariamente armados não procedem quando se analisa com maior amplitude a história deste conflito e a vasta bibliografia existente, especialmente relatórios do IV Corpo de Exército e do V Exército dos EUA. Da mesma forma quanto a questão do mal desempenho dos brasileiros em combate, onde variadas referências demonstram o contrário, basta que sejam elencadas fontes confiáveis e desprovidas de influências ideológicas.

Considerando todos os problemas decorrentes, a Força Expedicionária Brasileira, além do sucesso obtido em combate foi um exemplo de superação, se constituindo a época, na única força militar com experiência real em combate da guerra moderna, em toda a região sul do continente americano e Caribe.

Vale ressaltar, que o resultado e os impactos da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial ainda são objeto de estudos para os historiadores militares. Como aspecto negativo registre-se que o Brasil perdeu 1.889 brasileiros, considerando os tripulantes civis e militares de navios brasileiros torpedeados. Foram afundados por submarinos alemães 34 navios brasileiros, dos quais 31 mercantes, 22 aviões de combate abatidos, somado a um gasto com a guerra estimado na quantia de 21 milhões de cruzeiros.

Contudo, a partir dela, ocorreria uma modernização doutrinária expressiva das Forças Armadas com a padronização da instrução militar e de seu parque de material bélico, equiparando-se aos países desenvolvidos que integraram as forças aliadas.

Como parte dos acordos previstos na Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend-lease) o país receberia dos EUA até 1954, caça-submarinos; aviões de caça, bombardeios e antissubmarino; contratorpedeiros de escolta; armamentos portáteis em grande quantidade, carros de combate; canhões de campanha, anticarro, antiaéreo e de costa, radares e sonares; detectores de minas; bombas de gasolina gelatinosa, dentre outros materiais que permitiram a defesa da soberania brasileira em terra-mar e ar, ao longo das próximas décadas. Além disso, o desenvolvimento da Força Aérea Brasileira contribuiu para a modernização da Aviação Civil do Brasil. (BENTO, 1995).

Quanto a questão da política internacional, o país obteve parcialmente o que almejava, uma maior representatividade no cenário internacional junto aos países aliados e a atração de investimentos externos que acelerou a sua industrialização. Exceto a cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

## Referências

ARQUIVO NACIONAL. Base de Dados. Of. 392 de 02 de junho de 1943. Secreto. Do Presidente do Conselho de Segurança Nacional ao Presidente da República, tratando da **Criação da Força Expedicionária Brasileira**, p.141/243. Disponível em: [http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=CFICI&v\\_fundo\\_colecao=&Pages=3.Doc.BR\\_DFANBSB\\_N8\\_0\\_PSN\\_EST\\_0631d0001de0001.PDF](http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=CFICI&v_fundo_colecao=&Pages=3.Doc.BR_DFANBSB_N8_0_PSN_EST_0631d0001de0001.PDF). Acesso em 24.05.2020.

BENTO, Cláudio Moreira. Artigo **A participação das Forças Armadas e da Marinha Mercante do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. Informativo Guararapes (AHMTB), 1995. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/FAMM2GM.htm>. Acesso em: 24.05.2020.

BRANCO, Manoel Thomaz C. **O Brasil na II grande guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade Sobre a FEB: Memórias de um Chefe de Estado-maior, na Campanha da Itália, 1943-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BRAGA, Rubem. **Crônicas De Guerra; Com a FEB Na Itália**, Diário Carioca, Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

\_\_\_\_\_. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

COSTA, Octavio. **Trinta Anos Depois da Volta. O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.

CALKINS, Derreck T. **A Military Force on a Political Mission: The Brazilian Expeditionary Force in World War II**. A Dissertation Submitted to the Graduate Faculty of Georgia Southern University, 2011.

CAMPBELL, Keith. **Brazil in the Second World War**. Pretoria: Unisa Centre for Latin American Studies, 1992.

CLARK, Mark W. **Calculated Risk**, New York: Harper & Brothers. Depoiment Lieutenant General Willis D. Crittenberger Commander U.S. IV Corps, World War II, 1956.

ELLIS, John. **World War II: A Statistical Survey: the Essential Facts and figures for All the Combatants**, New York, 1993.

FEB, Portal. Disponível em: <http://www.portalfeb.com.br/breve-balanco-da-participacao-brasileira-na-segunda-guerra-mundial/> Acesso em 22.05.2020.

GOYOS Jr, Durval de Noronha. **A Campanha da Força Expedicionária Brasileira pela Libertação da Itália**. Cultura Acadêmica Editora. São Paulo:2013.

HILTON, Stanley E. Hilton's. **Critique Brazilian Diplomacy and the Washington-Rio de Janeiro 'Axis'during the World War II Era.**" *The Hispanic American Historical Review* 59, nº. 4, nov.1979: 691-700. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2514070>. Acesso em: 26.05.2020.

MATTOS, Carlos de Meira. **O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época**. Vol I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

MORAES, João B. Mascarenhas de. **Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes**, 2ª edição, vol. I e II, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MCCANN, Frank D. **The Brazilian General Staff and Brazil's Military Situation, 1944-1945.** *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 25, no. 3, August 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/165781>. Acesso em: 18.05.2020.

\_\_\_\_\_. **Soldados da pátria: História do Exército Brasileiro (1889 – 1937)**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália, 1944-1945.** In: SILVEIRA, Joel e MITKE, Tassilo. *A Luta dos Pracinhas: A FEB 50 anos depois – Uma Visão Crítica*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

MOTLEY, Mary Penick. **The Invisible Soldier: The Experience of the Black Soldier, World War II.** Wayne State University Press, 1975.

SQUEFF, Egídio. **Depoimentos**. História Oral do Exército. Rio de Janeiro, junho de 2000.

UNITED STATES. Army. **The Final Campaign Across Northwest Italy; 14 April 2, may 1945.** Italy: Headquarters IV Corps. U.S. Army, 1945.

VAROLI, Emílio. **Aventuras de um prisioneiro na Alemanha Nazista**. Depoimento de Oficiais da Reserva, 447. In: CALKINS, Derreck T. *A Military Force on a Political Mission: The Brazilian Expeditionary Force in World War II*. A Dissertation Submitted to the Graduate Faculty of Georgia Southern University, 2011.

# Livro em Destaque

**TOOZE, Adam. O preço da destruição: construção e ruína na economia alemã. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record: 2013**

Uma história detalhada do Terceiro Reich sob a perspectiva econômica. A partir de uma robusta base documental, Adam Tooze renova o conhecimento sobre a Alemanha de Hitler e nos convida a reconsiderar o que realmente ocorreu na Segunda Guerra Mundial, colocando a Economia – ao lado das questões étnicas e políticas – no cerne da história. O autor desconstrói a ideia de que a Alemanha nazista foi fomentada por uma economia altamente industrializada e explica que a maior tragédia do século XX na Europa teve suas raízes justamente nas fraquezas alemãs. A obra analisa como os planos de rearmamento e militarização da Alemanha consumiram todos os recursos do país, impedindo que ele continuasse a crescer. Um livro que enriquece a reflexão sobre a Alemanha Nazista e a Segunda Guerra Mundial.



## O autor

Nascido em 1967, o historiador britânico **Adam Tooze** foi professor em História Econômica Europeia Moderna na Universidade de Cambridge e atualmente é professor de História na Universidade de Yale.

Formado em Economia em Cambridge, continuou seus estudos na Universidade Livre de Berlim e na London School of Economics, onde obteve seu Doutorado em História Econômica. Em 2002 re-

cebeu o Prêmio Leverhulme Philip de História Moderna, concedido a acadêmicos que fizeram uma contribuição reconhecida internacionalmente em seu campo.

---

**Título:** O preço da destruição: construção e ruína na economia alemã

**Título original:** The wages of destruction

**Editora:** Record

**ISBN:** 978-85-01-08001-1

**Edição:** 2013

**Número de Páginas:** 880

**Acabamento:** BROCHURA

**Formato:** 16.00 x 23.00 cm

**Preço médio:** R\$ 143,00 (na Amazon)



Revista Brasileira de  
**História  
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.